



FL. Nº
Anexo – notas taquigráficas
Proc. nº
CMSP – NOME DA CPI
Nome - RF

**CÂMARA MUNICIPAL DE
SÃO PAULO**

SECRETARIA GERAL PARLAMENTAR
Secretaria de Registro Parlamentar e Revisão

COMISSÃO EXTRAORDINÁRIA PERMANENTE DE DEFESA DOS
DIREITOS HUMANOS, CIDADANIA E RELAÇÕES INTERNACIONAIS

PRESIDENTE: JULIANA CARDOSO

TIPO DA REUNIÃO: AUDIÊNCIA PÚBLICA- VIOLÊNCIA INSTITUCIONAL CONTRA A
JUVENTUDE NEGRA, POBRE E PERIFÉRICA PAULISTANA

LOCAL: Câmara Municipal de São Paulo

DATA: 29/10/2013

OBSERVAÇÕES:

- Notas taquigráficas sem revisão
- Orador não identificado
- Manifestação fora do microfone
- Tumulto
- Documento lido a ser encaixado pela Secretaria da Comissão

A SRA. PRESIDENTE (Juliana Cardoso) - Na qualidade de Presidente, declaro abertos os trabalhos da audiência pública da Comissão Extraordinária Permanente de Defesa dos Direitos Humanos, Cidadania e Relações Internacionais.

Informo que essa reunião está sendo transmitida através do portal da Câmara Municipal de São Paulo no endereço www.camara.sp.gov.br no links Auditorios On Line.

A pauta é referente à Comissão de Direitos Humanos, Violência Institucional contra a Juventude Negra, Pobre, Periférica Paulistana.

Essa audiência foi construída pelo fórum de *hip hop* junto com parceiros. Há quatro meses, quatro meses e meio, mais ou menos, a comissão foi procurada quando solicitaram a convocação de uma audiência pública para tratarmos desses assuntos.

Nesse contexto, a Comissão de Direitos Humanos assumiu a realização da audiência. Mas saliento que, mesmo organizando junto com eles, a audiência foi montada com eles. Só estou aqui como convidada, mas também para suscitar a questão das políticas públicas e colocá-las, na Câmara Municipal, junto com a Secretaria de Direitos Humanos. Aliás, já falei com o Sottili, e ele informou que chegaria pelas 7h30.

Só que temos um problema: estamos em sessão plenária, todos os Srs. Vereadores estão lá e, por isso, vamos nos revezando aqui para atender vocês. Está havendo votação, houve uma pausa para leitura dos papéis, fato que deve durar, mais ou menos, uma meia hora, daí volto para lá. Ficarei nesse vai-e-vem, infelizmente, pois gostaria de estar presente aqui o tempo todo, mas também outros Vereadores poderão participar. Então, lembro que devo estar no plenário no caso da votação e, ao final dela, volto para cá, com certeza.

O Vereador Laércio Benko trouxe os familiares do adolescente Douglas, que está presente e só está esperando o pai e a mãe dele chegarem. Eles participarão dessa audiência e vão compor a Mesa. Mais uns dez minutos mais ou menos.

Enquanto aguardamos, vamos iniciando, compondo parte da Mesa e organizando, para também não ter de finalizar muito rapidamente.

A ideia combinada é de que comporemos a Mesa, abriríamos os pronunciamentos, seriam dez pessoas inscritas, com 3 minutos cada uma. As pessoas que comporão a Mesa, vamos pedir que falem, na média, 5 minutos. Sabemos que acabam passando um pouco desse tempo, mas organizado assim, poderemos devolver à Mesa e, depois, ela retorna para discussão em plenário. Em seguida, acontecem os encaminhamentos finais.

Então para compor a Mesa convido: o *rapper* Pirata, pessoa que articulou todo esse fórum e também buscou parceiros para essa construção - ouvi sua entrevista na CBN de manhã, foi bacana; a Fernanda, do Comitê Contra o Genocídio da Juventude, Preta, Pobre e Periférica; o Secretário Sotili, que está a caminho, mas, enquanto não chego, peço à Larissa ou ao Gabriel - o Gabriel é Coordenador da Juventude da Secretaria de Direitos Humanos.

As pessoas que desejam ser anunciadas no decorrer da audiência, peço para que dêem seus nomes à secretaria, afinal, trata-se de um audiência pública.

Na minha saída, quem presidirá a audiência será o *rapper* Pirata, para que não fiquemos prejudicados na sessão plenária. Tudo bem assim? (Pausa)

Então já passo a palavra ao *rapper* Pirata para fazer uma apresentação mais geral desse nosso objetivo da audiência e também sobre o fórum, que já tem um tempo de funcionamento não só na Casa - muito presentes aqui - mas também fora dela.

O SR. RAPPER PIRATA - Boa noite a todos. Primeiro, o que temos de entender é uma fita importantíssima demais.

Desde 2006, não só o fórum do *hip hop* - e não só o fórum - mas o Movimento Negro Cotinha há discute a violência na periferia. Daí temos essa representação na Mesa.

Gostaria de lembrar o que ficou combinado, mas antes gostaria de falar do local de onde viemos.

Convidamos para estar à Mesa: o Prefeito Haddad, bem como a Secretaria Federal de Juventude, e ainda o Secretário de Direitos Humanos o Sr. Sotili.

Apenas para que todos saibam quem convidamos, mas no sentido de demonstrar a

representatividade da situação.

Isso para entendermos exatamente o que é. Se fosse outra fita, seriam outros convidados.

Sei que é importante discutir a questão se meu espaço vai pagar IPTU sendo rico, mas a gravidade se estende por toda a cidade de São Paulo.

Desde domingo, além das outras fitas que já conhecemos, entendemos o grau da importância dessa discussão.

Gostaria de lembrar a todos os movimentos sociais que estão aqui, nossa ideia é cobrar sempre não vivermos iludidos. Afinal, quando o pobre quer falar precisa do espaço para ser ouvido.

A função da audiência pública é justamente ter presente o Poder Público para ouvir as pessoas.

Nós, do comitê e do fórum, estamos aqui para nos apresentarmos, mas quem fala, de verdade, é vocês que estão na plateia.

Queremos fazer uma pergunta muito sério, mas quem vai nos ouvir? Suave? (Pausa) Então vamos lá. Tenho uma cartinha para expor o que é o fórum do hip hop.

“O fórum de *hip hop* contra o crime institucional de Racismo. O fórum de hip hop atua desde maio de 2006 contra o crime das instituições no Estado Brasileiro à população preta, pobre e periférica” - e aqui incluo a questão da Juventude também.

“No município paulistano há diversas instituições que têm o dever de garantir direitos constitucionais, mas agem totalmente ao contrário: utilizam-se da força do Estado para negligenciar direitos. Difundem o discurso na sociedade paulistana de que as pessoas que sofrem de forma desumana com a perda de um ente, ou o aprisionamento deste, são causadoras da violência contra si para justificar as suas incompetências. Então quem está no cargo de direção dessas institucionais ordena ao Legislativo, Judiciário ou Executivo: a desocupação de áreas ocupadas para ser o lugar de se morar há mais de 5 anos; o

recolhimento das mercadorias dos trabalhadores de rua; penalizar crianças e adolescentes em escolas; espancar trabalhadores em situação de rua; criminalizar antigas e novas culturas da periferia; negar medicamentos e atendimentos em postos de saúde; ordena em tantas outras situações que atingem a população da Cidade.

E, no passar de diversas legislaturas, as políticas públicas que poderiam transformar a Cidade e garantir a tal cidadania plena são usadas como barganhas de marketing político, sem que sejam efetivadas. Como, por exemplo, as 34 leis de juventude que estão no arquivo do Parlamento, das quais destaco: casas de *hip hop* e os erros de digitação a gentes destaca também, que é a educação que o estado me deu. A lei também de prevenção da gravidez na adolescência nas escolas, os direitos humanos ganham um status de Secretaria na Cidade, com diversas pastas. A luta contra o racismo institucional tem uma Secretaria com o nome de SEPPIR. A luta das mulheres também se torna Secretaria. Essas instituições do município que necessitam deixar de serem lugares de liderança que representam para ser lugares que atuam na busca da efetivação das leis do município e que os servidores públicos não barganhem e sim atendam a população preta, pobre e periférica, que são as justificativas das tais Secretarias.

O Poder Executivo e Legislativo da quinta maior metrópole do mundo tem de realmente cumprir suas promessas que fizeram quando foram eleitos por essa população periférica, que acreditou e acredita que os representantes são servidores públicos que servem ao povo e não para interesses dos porões políticos dos setores atrasados do conservadorismo paulistano, que somente mantém o direito de uma minoria, efetivando leis que criam um fosso social, uma cidade que pune com multas, violência, prisões e a criminalização dos pobres.

Quero destacar um exemplo: essa é a primeira lei da tal Bancada da bala, Camilo e Conte Lopes, sem falar no Telhada: PL 02/13, prestem atenção. É a segunda lei dessa Casa neste ano, que ainda estão discutindo que proíbe a utilização de vias públicas, praças e parques e jardins e demais logradouros públicos para realização de bailes funks, ou de

qualquer evento musical, não autorizados.

Quero ressaltar uma ideia: as *raves* estão aqui? As baladas da Pompéia estão aqui? Só quero ressaltar para quem essa lei está direcionada.

A SRA. PRESIDENTE (Juliana Cardoso) - Anuncio as presenças do Sr. Secretário Rogério Sottili, Vereador Rubens Calvo e Alfredinho.

O SR. _____ - Quero pedir desculpas às pessoas que estudam políticas públicas e queremos que sejam efetivadas, as normas nos excluem. Se há coisas que vocês acham que tem de ser nesta Mesa, não vou ser eu que vou responder isso por vocês.

O Fórum de Hip Hop Municipal deseja a efetivação do plano de juventude, não esse tímido que garimpa promessas de campanha em andamento de diversas áreas, de pastas de ministério, secretarias e coordenadorias com uma nova roupagem de programa avançado.

Junto com as leis de juventude da Cidade, seja também uma ferramenta contra o genocídio da juventude preta, pobre e periférica e não cassa níquel. O dinheiro público tem de chegar as pontas para promover, garantir e emancipar as crianças, adolescentes e idosos, alijados há gerações de permanecer e ser paulistano, é o não direito à Cidade.

Estamos aqui para exigir que as instituições do Município sejam a tal rede de proteção dos jovens, pretos, pobres, periféricos, que são a tal população carcerária e isso é mais grave com até crimes forjados. Estão sendo mortos sistematicamente por uma política de segurança do Governo do Estado de São Paulo. Essa forma de segurança pública econômica, não posso chamar a política pública de segurança se eu não colocar a palavra econômica aí, que tinha e tem suas extensões no município através da secretaria de Controle Social da gestão Kassab e Serra, que criou a tal operação delegada. Aqui ficou notória na colocação de policiais militares aposentados nas Subprefeituras, no controle da Guarda Civil Metropolitana entre outras áreas.

Tanto que temos seis Vereadores que escolheram ser eleitos como representantes dessa política, e deixam de ser representantes dos interesses dos paulistanos. Nós do Fórum

de Hip Hop nos preocupamos com o direcionamento da Câmara Municipal, que criará em quatro anos políticas que custará caro para moradores da periferia.

Esse pessoal tem o apelido de Bancada da bala, e criarão o tal controle dos pobres pela violência e racismo institucional. Queremos uma Cidade sem racismo e que busque efetivar a cidadania de todos. Resumindo: estamos no diálogo do pertencimento à Cidade porque o Jaçanã é a bola da vez, Lajeado, São Mateus, Itaquera, zona Sul são a bola da vez. Queremos criar espetáculo como a mídia quer?

A nossa maior exigência é que essas instituições de direitos humanos, a Prefeitura, Projeto Juventude Viva, as Políticas dentro da área da Assistência Social, que é a melhor rede de atendimento, porque em cada mil da população tem de ter um Cras, então, precisa ter efetivado o SUAS em São Paulo. Se queremos ir contra à violência porque não dá para ficar dialogando com a Polícia para bater mais doce na gente.

Não temos de dar aula de direitos humanos para a Polícia, para falar como ela deve bater mais suave, temos que garantir direitos e segurança pública.

O SR. CALVO - Gostaria de saudar a todos, pois não poderei continuar, pois estamos em votação. Estou junto no foco de capacitar seis mil profissionais de saúde mental para as diretrizes e estratégias do Plano da Juventude Viva e desenvolver o projeto de saúde ampliada e suas diversas linguagens na zona Sul em parceria com o Ministério da Saúde e pode ser estendido para outras áreas de São Paulo e incorporação dos núcleos prevenção à violência das estratégias.

Tenho uma experiência e agrego um pouco com vocês na minha experiência de 20 anos em pronto-socorros de periferia. Vemos de tudo e muito oriundo das injustiças sociais que vivemos e os jovens é o nosso foco. Se não tivermos um linguajar para realmente nos comunicarmos melhor e atendermos as necessidades para construirmos uma sociedade de futuro, vamos continuar enxugando gelo, presenciando cenas que chocam a gente, como vimos o depoimento de uma mãe, a dor maior é uma mãe perder um filho nesse plano que

vivemos.

Sinto-me honrado de ter vindo aqui e prometo me debruçar melhor sobre esse material. Parabenizo a nobre Vereadora Juliana, combativa e com experiência na periferia, não podia estar em lugar melhor que a presidência da Comissão. Que legal essa coisa de esporte 24 horas na Cidade. Estou aqui para ajudar, sejam felizes e contem comigo.

Obrigado a todos.

O SR. ALFREDINHO - Cumprimento a todos. Estamos na sessão e deve ir até mais tarde por isso vou para lá e a Vereadora Juliana fica com vocês. Precisamos estar lá para apoiar a Bancada da base, pois votaremos o IPTU.

No mais, parabenizo a todos e acho importante o debate, se dar tempo, volto, ficarei acompanhando. Bom trabalho a todos.

A SRA. PRESIDENTE (Juliana Cardoso) - Estão presentes a Uniafro, Amparar, MNU/SP, Fórum Hip Hop, MSP, Quilombo Raça e Classe, Ação Educativa, DCE da Unifesp, Comitê contra o Genocídio da Juventude, Força Ativa, União Global, JPT, Rádio Brasil Atual, Sindicato dos Bancários, Movimento Estadual da População de Situação de Rua e o Centro Popular de Direitos Humanos.

Tem a palavra o Sr. Gabriel.

O SR. GABRIEL - Boa noite a todos. É muito importante essa iniciativa da Comissão, esse diálogo.

Hoje é mais um dia triste dos acontecimentos dessa agenda a partir do acontecimento do caso do Douglas, mas logo hoje, tivemos mais um caso no Parque Novo Mundo, ontem também tivemos em Paraisópolis um caso, enfim, essa é uma agenda permanente, que todos os dias temos de acompanhar, atentamente e é difícil de encarar porque se trata de conflitos muito graves e históricos da sociedade brasileira com a dificuldade de reparar, tanto o racismo, como também uma estrutura de classes muito desigual que ainda perdura apesar dos avanços encontrados no País nos últimos dez anos.

Estivemos com a mãe do Douglas e vamos poder fazer um relato, estivemos hoje lá na zona Norte conversando e temos processos já sendo encaminhados. Enfim, uma série de coisas já foram feitas a partir do Juventude Viva neste caso específico, mas gostaria de saudar a iniciativa do Fernando Haddad em se comprometer com essa agenda do Município. Fizemos um lançamento que foi feito no Capão Redondo, sexta-feira passada, tinham mais de 500 pessoas na agenda de lançamento da Juventude Viva, com a presente força da sociedade civil organizada da zona Sul, várias entidades e organizações.

Temos um comitê da zona Sul montado e penso que é uma agenda forte, não é frágil e desestruturada como se colocou. Temos um compromisso do Prefeito com essa agenda e entrou no Plano de Metas da Cidade, está nas prioridades do Governo Municipal, foi uma conquista importante dessa política, que prevê mais de 54 ações de diversas Secretarias Municipais e Ministérios e tem um compromisso desse Governo com cerca de 240 milhões de verbas próprias, mais 17 milhões de compromisso com o Governo Federal.

Portanto, é uma construção delicada, difícil, mas que passa por uma série de instrumentos e fundamentalmente, por uma sociedade civil ativa, crítica, com capacidade de cobrança, de acompanhamento, de estar o tempo todo nos provocando, estimulando a dar respostas efetivas para essa situação.

Cito o caso do Douglas porque foi muito importante porque foi muito importante esse caso e essa rede funcionou. Prontamente acompanhamos esse processo para dar uma resposta efetiva, que não fique impune, por isso acionamos o Ministério Público, Defensoria e uma série de agentes estão envolvidos nessa resposta, mas já é o primeiro caso pós-lançamento da agenda, que está tendo repercussão e acompanhamento da Secretaria Municipal de Direitos Humanos, da Seppir Municipal e envolvimento do sistema de Justiça.

Às vezes, parece que a agenda não chegou, mas já estamos fazendo muitas coisas e com muita participação social. O Comitê da zona Sul hoje tem mais de dez entidades e movimentos sociais representativos da região no Comitê zona Sul e vamos montar os da zona

Norte e Leste também com participação da sociedade civil e é dessa forma, com pressão e ação, mas também com solidariedade e construção de uma agenda comum na Cidade.

Não é uma agenda fácil de ser construída e simples de ser enfrentada, mas temos de enfrentar de cara aberta essa política. Acho que têm questões muito importantes, como aqui algumas leis estão sendo colocadas, por exemplo, diferente do que, muitas vezes, se apresentou aqui com agenda de criminalização do *funk*, a Prefeitura de São Paulo tá fazendo contrário, está organizando o território *funk*, está dialogando com o movimento *funk* da Cidade; já fez dois bailes *funks* públicos, em áreas públicas na zona Sul; vai fazer todo um circuito de bailes *funks* na Cidade, dialogando com o *funk* nos territórios. E, enfim, acho que tem aí uma linha a ser seguida pela gestão de Haddad, que é a do diálogo, da construção com o movimento social, da escuta apurada; e de, também, saber receber críticas e pressão, tão importantes para que essa agenda possa avançar.

Então, de um lado, venho para lamentar todos esses ocorridos, mas também para reconhecer que há um esforço dessa gestão. Estamos aqui para ouvir as demandas da sociedade civil, mas temos buscado dar resposta efetiva para uma agenda construída a partir do diálogo da sociedade civil, a partir dos diálogos que construímos com o movimento social, inclusive com o Fórum de Hip-Hop e com o Comitê do Genocídio da Juventude Negra.

É isso. Obrigado.

A SRA. PRESIDENTE (Juliana Cardoso) - Obrigada, Gabriel.

Quero, então, passar para Fernanda, que é do Comitê contra o Genocídio da Juventude Preta, Pobre e Periférica.

A SRA. FERNANDA - Boa noite.

Vim representar, na Mesa, o Comitê. E, aí, não posso deixar passar: se o nosso Vereador está honrado de debater o genocídio, nós não estamos, porque são 500 anos de genocídio de uma população. Então, não tem por que estar honrado em debater isso.

E aí, temos de compreender que o genocídio não é só a ação de quando o policial

atira e tira a vida do jovem, mas ele é um processo extenso que começa com a mãe, quando ela vai ter esse filho e, lá no SUS, ela recebe o atendimento duro, por ser negra; e, quando essa criança vai para a escola, ela passa por todo um processo de criminalização, por estar na periferia; e por todo um processo de preconceito, construído ao longo da história dela - sem contar o que é a Escola Pública, não é?

Aí, ao final dessa escolarização, se ela consegue uma entrada no mercado de trabalho precarizado, para se manter, ela vai passar muitas horas no transporte coletivo; e, na volta para casa, muito provavelmente, ela vai ser abordada pelo policial e, aí, ela corre o risco de tomar o tiro.

Então, o processo não se dá somente no momento do tiro, mas se dá ao longo da história desse indivíduo. O genocídio não é só a morte, é o processo. Então, esta Casa tem de pensar, em relação a direitos humanos, toda a condição e a trajetória pela qual esse indivíduo vai passar ao longo de sua história.

E, pensando na questão do municipal, vamos pensar aí o Juventude Viva, que foi lançado oito vezes já, desde o ano passado. E, desde o último lançamento, na sexta-feira, tivemos três mortes que transformaram o processo midiático, mas quantas mortes não tivemos nesses últimos tempos?

Então, enquanto eles lançavam na zona Sul, tínhamos um jovem morrendo na zona Norte.

O Juventude Viva, pelo que Gabriel disse, vai receber 267 milhões de investimento. Esse mesmo Município vai investir 268 milhões na Operação Delegada, que tem, na periferia, a função de criminalizar o *funk* e qualquer tipo de organização de juventude.

Sabemos que a Operação Delegada tem uma funcionalidade bastante violenta na periferia. Então, o Juventude Viva recebe 267, e a Operação Delegada recebe 268. Eles estão gastando mais para matar do que para proteger.

Nós pensamos o Juventude Viva desde 2010; em 2012, chegamos a mais de 5 mil

mortes neste Estado. Este Juventude Viva já tem um tempo aí de prática e continuamos perdendo muitas vidas. E o Município, nos últimos dois anos, disse que a PM não era responsabilidade dele, que é uma responsabilidade estadual. Mas a Operação Delegada é uma parceria Município / Estado. Então, eles estão financiando a PM de alguma forma.

Eles têm, aí, de pensar o que que eles estão financiando, se eles não podem diminuir a violência da PM. E nós também sabemos que a GCM, sendo uma entidade municipal, ela também é violenta e ela também comete crimes. Então, uma das ações do Juventude Viva também era pensar a GCM um pouco menos violenta.

Tivemos, agora - tínhamos os dados, levantamos os dados até sexta-feira passada: tínhamos 349 homicídios. Pensando com o de domingo e com o de hoje, já são 351 homicídios, só neste ano, na cidade de São Paulo, e nem 1% foi solucionado ainda. Então, se estamos pensando em combater o genocídio, temos de aumentar a efetividade da condição de esclarecer esses homicídios.

Desses homicídios, existe uma possibilidade 114 vezes maior de o jovem negro ser assassinado, em relação ao jovem branco. Assim, esses homicídios têm um foco, eles têm uma ação específica contra com uma população. Aí temos de desinstitucionalizar, dentro das instituições do Município - por exemplo, como a UBS, como a Escola Municipal, como os Conselhos Gestores -, o preconceito racial. Ele está institucionalizado e temos de pensar em como combatê-lo de forma séria. E é tão combatido de forma séria, que nossos Vereadores estão preocupados com o IPTU, mas, nesse IPTU, não vai ser discutido como melhorar a condição na periferia, as condições de moradia. Vamos discutir o quanto ele vai aumentar, mas não temos o acesso para discutir como ele vai ser distribuído. Temos de, aí, pensar qual é a população que está na periferia, e que a condição de moradia também faz parte do genocídio. Não podemos tirar nenhuma esfera nesse extermínio de uma população específica. É bem focado. Não temos a questão, por exemplo, de cotas que o nosso Governo Federal não toma uma posição óbvia em relação a isso. Há aí as Secretarias, há algumas outras ações, mas o

posicionamento óbvio não surge. Então, precisamos pensar que governo é esse - municipal e federal -, se há o estadual no meio, como que eles podem pressionar para que o genocídio deixe de acontecer.

Não queremos uma polícia menos violenta. Queremos que o racismo institucional deixe de acontecer para a população negra deixar de ser exterminada.

A SRA. PRESIDENTE (Juliana Cardoso) - Obrigada, Fernanda.

Ainda temos inscrições abertas e, na fala do Sr. Secretário, encerraremos. A inscrição deve ser feita aqui na Secretaria, por favor.

Queria anunciar a presença - e já fui até indelicada com a Larissa, que é Secretária Adjunta da Secretaria de Direitos Humanos; o Gilson Negão, também presente, representante do Deputado Vicentinho.

Anuncio também a presença das entidades: Fala Negão, Fala Mulher, Articulação Política de Juventude Negra e Associação Frida Kahlo.

Antes de passar para o Sr. Secretário, o Pirata queria fazer só mais uma colocação.

O SR. RAPPER PIRATA - É muito rápido, porque acho que não é isso o que viemos fazer aqui. Não viemos aqui fazer uma audiência pública com o foco de destruir um programa federal. Temos de aprender, entender o que se está falando, porque o que acontece? Falamos com particularidade, e aí tem uma fala para outro sentido. Não é isso que viemos fazer aqui. Viemos para criar uma rede de proteção da juventude pobre, preta e periférica. E resumindo é toda a população de São Paulo. Senão vai começar uma situação que... Desculpa, essa política não é o que acreditamos.

Muito obrigado.

A SRA. PRESIDENTE (Juliana Cardoso) - Obrigada, Pirata. Secretário Rogério Sottili, obrigada por aceitar o nosso convite. Iniciamos a discussão, mas acho que com as falas do Pirata e da Fernanda deu para contextualizar um pouco qual é a dinâmica desse encontro.

Tem a palavra o Secretário Rogério Sottili.

O SR. ROGÉRIO SOTTILI - Obrigado, Vereadora Juliana, agradeço imensamente e quero fazer um reconhecimento público da sua atuação na Câmara por sistemas tão sensíveis para a população de São Paulo no que diz respeito aos Direitos Humanos especialmente. A Secretaria de Direitos Humanos vai sempre acompanhar o trabalho e as audiências de V.Exa. e nos colocando como parceiros para fazer avançar essa agenda tão importante para nossa Cidade. Parabéns e obrigado por sua atuação e tenho certeza que a nossa atuação vai fazer diferença em São Paulo.

Agradeço a presença do Pirata. Fiquei muito feliz com sua última observação porque você tem posições muito firmes, duras, determinadas e acho que são importantes porque nos ajudam a refletir sobre nossas ações e às vezes mesmo com a dureza com que você as coloca, precisamos entender para adequá-las cada vez melhor.

Vivemos um momento de aprendizado e aplicação de nossas políticas. Sabemos que as políticas públicas só serão efetivadas de forma afirmativa se tivermos abertura para escuta e para crítica e você faz isso muito bem e nos ajuda com essas críticas.

Agradeço a Fernanda e aos Vereadores que tiveram de sair. Cumprimento o Gabriel Medina, Coordenador de Juventude da Secretaria de Direitos Humanos que está na condução do Programa Juventude Viva. Agradeço a presença de todos os militantes de Direitos Humanos.

Em primeiro lugar quero dizer que esta audiência pública é muito importante para nós porque chega num momento muito significativo. Todos nós assistimos - como o Gabriel falou - um momento de muita tristeza com a morte do Douglas neste final de semana.

Impressiona muito porque o que mais repercutiu na imprensa não foi a morte do Douglas, mas o fechamento da Fernão Dias quando a população se mobilizou para protestar contra a morte do Douglas. Acho que é o retrato desse fato, da repercussão da morte de um jovem de 17 anos com um tiro no peito dado pela polícia sem ter sido abordado, sem que fosse pedido documento, sem ter absolutamente nenhuma reação. É demonstrativo de como a

sociedade brasileira vê e percebe o que está acontecendo na periferia das nossas cidades.

Por isso que na medida em que os homicídios no Brasil decrescem de forma extremamente significativa, os homicídios contra a juventude negra na periferia das nossas cidades crescem de forma inversamente proporcional à queda da média nacional.

Isso significa que os homicídios tem endereço, cor e tem gênero, porque morrem jovens de 15 a 29 anos, negros e homens.

A SRA. PRESIDENTE (Juliana Cardoso) - Quero chamar os familiares do Douglas e peço que todos levantem com uma salva de palmas para essa família que hoje está sofrendo muito. (Palmas)

Peço a todos para que, de pé, façamos um minuto de silêncio.

- Minuto de silêncio.

A SRA. PRESIDENTE (Juliana Cardoso) - Secretário, desculpe interrompê-lo.
Continua com a palavra o Secretário.

O SR. ROGÉRIO SOTTILI - Antes de continuar quero deixar meu abraço e solidariedade à família do Douglas, em particular a Rosana, mãe do Douglas e ao Sr. José. Não temos nem a dimensão da dor que vocês devem estar sentindo, mas nesse momento o que podemos dizer é que podem contar com a gente. Estamos na luta com vocês para que possa ser feita justiça.

Como disse para Dona Rosana hoje à tarde a luta de vocês por justiça é a luta que o Douglas quer, é a luta para que não aconteça mais o que aconteceu com o Douglas. Infelizmente vamos assistir ainda a morte de outros Douglas por aí, mas a nossa luta não pode parar. Vocês podem contar com a Secretaria de Direitos Humanos que estará ao lado de vocês nessa luta.

Estava falando sobre a mortalidade e é importante dizer que os indicadores dos homicídios contra essa juventude cresceram. Havia um movimento pelo país que pedia o lançamento de alguma política pública que pudesse dar resposta a esse problema. O Estado

não poderia ficar assistindo jovens e jovens sendo assassinados diariamente sem responder com políticas públicas, porque há uma ausência do Estado na região da periferia e o Juventude nasce disso.

Enquanto o Douglas estava sendo assassinado o Programa Juventude Viva estava sendo lançado na cidade de São Paulo. Esse Programa veio para dar uma resposta a isso. Precisamos construir com políticas eficazes, com a presença do Estado, com a promoção de garantias de direitos para levar para a nossa juventude. É preciso dar um basta. A juventude precisa viver com as políticas públicas na nossa Cidade.

O Juventude Viva foi lançado na sexta-feira de manhã, e ela é coordenada pela Secretaria de Direitos Humanos e pela Sepir, tendo à frente a nossa coordenação de juventude, e nós vamos levar mais de 54 ações e políticas de promoção de direitos para a periferia, prioritariamente para quatro regiões da Cidade. Nós vamos levar para as regiões Sul, Norte e Leste. Nessas três localidades nós identificamos dez territórios mais vulneráveis à violência, onde os indicadores de assassinatos de jovens são mais elevados. São mais de duas centenas de milhões de reais investidos inicialmente e nós vamos implementar mais políticas a partir daí.

Esse processo significa o início de uma mudança da cultura de violência que existe no País. Eu costumo dizer que nosso país foi forjado numa política de violação de direitos. Um país nasceu com o genocídio indígena, com milhares e milhares de índios assassinados, feitos escravos, depois se desenvolveu com a escravidão, passou por duas ditaduras, uma no Governo Vargas e uma do Governo Militar, não podia ser diferente de um país que tem fundada a sua base de valores na violação dos direitos humanos, onde a violência é natural, onde a impunidade existe no dia a dia, onde se convive com a injustiça.

Não se muda essa cultura construída em mais de 500 anos de uma hora para outra. Não será o programa do governo Juventude Viva, com 260 ou 500 milhões ou um bilhão de reais que mudará essa cultura. Mas um plano como esse que ajudará a mudança de cultura

com muitas ações de direitos humanos que precisamos desenvolver na Cidade. Precisamos ocupar, invadir esta cidade com valores de direitos humanos. Precisamos fazer festivais de direitos humanos. Precisamos brigar a cada dia, fazer debates, diálogos sociais. Precisamos fortalecer os conselhos tutelares para que atuem nos seus territórios e enfrentem a violência contra crianças e adolescentes. Temos de enfrentar o problema da população de rua, que é grave, complexo e que temos dificuldades de enfrentar. Temos de criar um programa de educação em direitos humanos para ter nos currículos escolares uma nova cultura de garantia e de promoção dos direitos humanos.

É isso que estamos fazendo. Precisamos superar essa ausência histórica do Estado, extirpar a violência do Estado com políticas públicas. A Secretaria de Direitos Humanos do Governo Fernando Haddad se compromete, neste momento, a trazer o Juventude Viva que nós lançamos sexta-feira na Cidade. Sei que esta resposta, num momento como este, parece pouco eficaz, porque estamos começando, mas é uma resposta firme, que veio para fazer a mudança da cultura de violação para que assassinatos de jovens como o Douglas não venham a ocorrer. Infelizmente ainda vamos conviver com esta realidade.

Este debate é extremamente importante porque traz à tona o que é preciso fazer na Cidade. Nós precisamos debater isso, precisamos ouvir críticas. O que a Fernanda e o Pirata dizem aqui é extremamente importante, porque todas as políticas públicas, por mais eficazes que sejam, sempre serão insuficientes para dar conta da demanda de mais de 500 anos que temos.

É fundamental mobilizar redes em toda a Cidade, todas as ONGs, o Governo, a sociedade civil para implementar outra mudança fundamental que temos de fazer no País. Existe no Congresso Nacional um projeto de lei que muda, no Código Penal, os autos de resistência, também conhecidos como resistência seguida de morte. Precisamos alterar o Código Penal, porque isso dá base para a impunidade, porque os policiais têm direito de entrar em qualquer local, atirar e não prestar contas sobre aqueles homicídios. Eles dizem que foi resistência, foi

um auto de resistência, foi uma reação. Esse projeto de lei é fundamental para mudar a realidade do País. Um policial não responde processo por homicídio, por assassinato, como qualquer cidadão, porque ele diz que foi resistência seguida de morte e isso não pode ocorrer.

Essa mudança está no Congresso Nacional e nós precisamos pressionar para que esse projeto de lei seja votado. Estivemos na semana passada com o Presidente da Câmara dos Deputados pedindo que ele coloque esse projeto de lei em pauta. Ele prometeu colocar em pauta no dia 22, mas a pauta estava trancada no Congresso e ficou de ser discutido nesta semana ou na semana que vem. Peço uma mobilização para pressionar o Congresso pela votação, porque isso é fundamental para evitar outros assassinatos na periferia.

Aqui é mais importante a gente ouvir. Quero agradecer por esta rica e importante oportunidade de debater para construir uma nova São Paulo. Muito obrigado a todos. (Palmas)

A SRA. PRESIDENTE (Juliana Cardoso) - Obrigada, Secretário. Passo a palavra para o Vereador Laércio Benko, que trouxe os pais do Douglas, José Rodrigues e Rossana Martins para acompanhar esse processo.

O SR. LAÉRCIO BENKO - Obrigado, Vereadora Juliana Cardoso. Cumprimento V.Exa. que tão bem preside esta comissão. Cumprimento todas as autoridades presentes na pessoa do Secretário Rogério Sottili, com quem tive oportunidade de estar na sexta-feira, no lançamento do projeto Juventude Viva. Trazer esse projeto para São Paulo só tem a agregar e a melhorar esses problemas tão sérios que sofre a juventude que mora nas áreas de exclusão.

Quero externar meus sentimentos ao Sr. José Rodrigues e à Sra. Rossana Martins Rodrigues, pais do menino Douglas, de 17 anos. Nós, que temos filhos, nos colocamos no lugar deles e imaginamos a dor que sentem. Se algum dia criarem uma escala de dor, o primeiro lugar será a dor de perder um filho ou uma filha, sem dúvida nenhuma.

Sr. José, Sra. Rossana, temos que ter coragem. Acredito em Deus e, independentemente da nossa religião, temos de acreditar que fomos criados e somos guiados por uma força maior, e que tudo na vida tem um objetivo. Se Deus permitiu que isso tenha

acontecido, talvez seja porque tem de haver muita luta. Talvez, Sr. José, Sra. Rossana, na hora em que a ferida cicatrizar, em que a dor acalmar um pouco, vocês tenham de ser instrumento e exemplo fortes de combate à violência.

A causa do que aconteceu com o menino Douglas é das mais nefastas e inadmissíveis possíveis. Temos aqui um elemento grave que gera muitos problemas, que é a segregação sociorracial nas periferias de São Paulo; a juventude pobre e negra que é perseguida e tratada de forma pejorativamente negativa pela polícia, que é tratada de forma muito dura. Tem a questão dos exageros da polícia em determinados locais, não em locais mais nobres, ou seja, são dois pesos e duas medidas, ou três pesos e três medidas: exageram muito nas áreas mais periféricas, um pouco menos nas áreas semiperiféricas e quase nada quando abordam filho de doutor.

O terceiro problema - que vai ser usado como desculpa pelo Governo do Estado de São Paulo, mas que não deve servir como desculpa, mas como forma de tentar combater o problema - é a falta de treinamento da polícia. Tenho certeza de que o policial militar que efetuou o disparo já está preso. Tenho certeza de que, se a sociedade não se mobilizar, o único culpado oficial será ele. Tenho certeza de que, por mais que ele tenha culpa - e ele tem culpa -, ele não é o único culpado; dentre os culpados, talvez ele seja um dos menos culpados. Essa forma de agir é uma política de Estado; é falta de treinamento misturada com política de Estado. Não podemos admitir isso.

Registro a presença do Vereador Orlando Silva.

Sr. José e para a Sra. Rossana, neste momento em que a política e os políticos não são bem vistos, é hora de a gente separar o joio do trigo. Podem ter certeza de que terão apoio deste Vereador, da Vereadora Juliana Cardoso, do Vereador Orlando Silva e de muitos vereadores que, com sinceridade, do fundo do coração, externaram seu sentimento.

Vocês têm uma grande missão daqui para frente. Em primeiro lugar, vivenciar o luto, enxugar as lágrimas, cicatrizar a ferida. Depois, tenho certeza de que Deus reserva uma

missão muito importante para vocês, para que outras crianças e adolescentes não terminem como o Douglas, infelizmente. Tenho certeza de que podemos transformar essa dor em energia e essa energia em resultados positivos para que, daqui a 20, 30 anos não passemos mais por isso. Meus sentimentos e muita força.

Muito obrigado. (Palmas)

A SRA. PRESIDENTE (Juliana Cardoso) - Obrigada, Vereador Laércio Benko.

Registro a presença do Vereador Orlando Silva, que faz parte desta comissão, e convido para compor a Mesa.

Pensamos em ouvir o depoimento dos pais do menino Douglas, mas a Sra. Rossana disse que não tem condição, então o Sr. José Rodrigues vai fazer um breve depoimento.

Tem 17 pessoas inscritas, então teremos de ser bem objetivos nas nossas falas para ouvir todas.

O SR. JOSÉ RODRIGUES - Boa noite. Perdi um filho de 17 anos, um garoto que saía de casa às 4h30 da manhã para ir ao serviço, estudava à noite, estava terminando o 3º ano colegial.

O policial mata, não dá direito à resistência, nada. Meu filho perguntou para o policial: “Por que o senhor fez isso comigo? Por que o senhor atirou em mim?” Ele estava com o irmão de 13 anos, um do lado do outro. A viatura parou, o policial não falou nada; meu filho que disse essas palavras e caiu no chão.

O policial ficou 15 minutos sem falar e sem socorrer meu filho. A população foi para cima, colocou na viatura, levou. Os médicos disseram que o coração do meu filho dividiu no meio, a bala de ponto quarenta.

A família está, destruída. O irmão de 13 anos está lá, perdeu o irmão, mas ainda não caiu a ficha do que é a perda, psicologicamente. A mãe, costureira, das 5h às 22h em cima da máquina para cuidar dos três filhos. Nós - pai, mãe, os filhos que ficaram, o Diego e a Ane,

de cinco anos de idade - nos segurando. Aconteceu no domingo, o enterro foi ontem. Estamos tentando segurar.

A imprensa... No bairro estão quebrando tudo. O povo fez manifestação na porta de onde moramos, só que o que está juntando agora é ladrão, vagabundo, partido, PCC; estão juntando tudo e roubando caminhoneiro - eu sou caminhoneiro -, destruindo tudo. O nosso filho era do bem. Nós não queremos... A nossa família não está participando de greve, de manifestação, de quebrar, de bagunçar as coisas. Os colegas dele participaram em paz, querem paz, nada do que está acontecendo. A mídia põe que estão quebrando, roubando, familiares... A família está em paz. Acabamos de enterrar meu filho. Os amigos dele, os do bem que estavam com ele estão quietos nas suas casas, estão indo para igreja, orando. É isso.

Estão aproveitando agora. Hoje teve outra morte de um menino, acho que infrator. Infrator não. Menor, 16 anos.

- Fala fora do microfone.

O SR. JOSÉ RODRIGUES - Foi perto. Mais um, e agora generalizou, começaram o quebra-quebra tudo de novo. Só que a Polícia Militar, onde a gente mora, agora está de comboio. Eles não estão dando tiro só de borracha. Hoje dois colegas mostraram as cápsulas de ponto quarenta, trouxeram as cápsulas. As viaturas, dependendo do bairro, se for mais pobre, ou onde tem pessoas "inferiores", sem estudo, sem nada... Está complicado. Eles estão matando. Primeiro mata, depois pergunta. Meu filho... O policial militar primeiro matou, não perguntou para o meu filho. Meu filho que perguntou, antes de morrer, por que ele fez isso com ele, e pôs a mão no peito e... E o outro filho do ladinho, meu filho chegou em casa e falou: "Pai, mãe, se tivesse uma madeira eu tinha ido para cima do policial, porque ele não perguntou, não nos mandou parar, não mandou nada, acho que nem desceu do carro. Do jeito que foi, o acidente pode ter acontecido? Pode. Eu não estava lá. Eu, como pai, não estava lá, mas a bala pegou no coração; o menino, em pé. O médico falou: "Dividiu no meio o coração". Eu via frente dele, abracei ele, o corpo ainda estava quente, na pedra do cemitério, onde o carro de cadáver

leve. Estava quente. Havia um buraco pequeno cheio de sangue, mas, atrás, só Deus sabe, porque não tive coragem de olhar. Pelo que o médico falou, a bala deve ter arreventado ele. Depois, vi ele na pedra do IML. Quando fizeram a autópsia,... (Orador é tomado de forte emoção).

Restou mais um na lista de pessoas pobres, porque com rico é meio difícil. Pessoa de cor, pobre, lugares sem policiamento; quando não, a polícia - não toda ela, não estou generalizando - primeiro mata. Se você saiu com a marmita nas costas, tem que tomar cuidado, porque pode morrer. Já o ladrão, quando é preso - a gente vê pela televisão -, é pego com uma ficha criminal de 30 metros. Estuprou, matou, traficou, mas quando você se dá conta, depois de um ou dois meses preso, ele está na rua, andando na sua frente. Se você estiver andando com a sua marmita às costas, é perigoso você ser preso injustamente ou até morto. No caso do meu filho, eu o perdi. Espero que ele esteja com Deus. É o que eu tenho para falar.

Obrigado a todos. (Palmas)

A SRA. PRESIDENTE (Juliana Cardoso) - Obrigada, Sr. José Rodrigues. Finalizamos as inscrições e temos 17 inscritos para falar. Se cada um usar 3 minutos, conseguiremos atingir nosso objetivo.

Anuncio a presença da Unegro e já passo a palavra..;

O SR. _____ - Mas tenho que dizer uma coisa, que acho importante. Por que estamos aqui? Por que todas essas pessoas estão aqui? Tivemos o depoimento de um senhor e estamos falando de, só neste ano, 350 pessoas. Aí, temos uma discussão com o Município de São Paulo, com as instituições, que têm que ter uma estrutura para isso, porque o nosso maior problema é o Estado de São Paulo. Qual é a nossa responsabilidade com isto? É para nós orientarmos. Acho que as intervenções têm que ter 3 minutos para a gente garantir o diálogo e já pensar o que vamos fazer, lembrando que o Prefeito da Cidade não está, a Secretária Federal não está, e está presente o Secretário de Direitos Humanos. Audiência Pública é para isso.

- Manifestações fora do microfone.

O SR. LAERCIO BENKO - Pela ordem, Sra. Presidente. O Sr. José está pedindo licença para se retirar.

A SRA. PRESIDENTE (Juliana Cardoso) - Sim, por favor. Obrigada pela presença. O Vereador Orlando falará por um minuto. Ele já havia pedido a palavra, e é praxe da Casa passarmos a palavra aos Vereadores presentes. Lembro que o Secretário Rogério Sottili está representando hoje o Prefeito Fernando Haddad. Tem a palavra o Vereador Orlando Silva.

O SR. ORLANDO SILVA - Minha fala será breve. Em primeiro lugar, manifesto minha solidariedade aos pais do Douglas e aos jovens que sofrem na periferia todos os dias. Seria melhor que este evento estivesse acontecesse na sala ao lado, que tem 40 Vereadores, porque na outra sala há a maioria que votou a maior homenagem da cidade de São Paulo à ROTA, homenagem que estimula a atitude violenta que se abate sobre a juventude pobre da periferia da cidade de São Paulo. Por isso, acho importante estar filmando esta audiência, e espero que seja colocado no ar, na íntegra, o depoimento do pai do Douglas e o que todo mundo vai falar, pois essa é uma forma de se ter um contraponto, para que possamos dizer que não não há só o que votamos naquela vez - e poucos se posicionaram contra - o que expressa a vontade de todos os que estão aqui.

Além disso, para mim, pessoalmente - porque vim da periferia de uma cidade pobre do Brasil, que é Salvador -, é duro ver o que vimos no final de semana. Infelizmente, temos que dizer que isso não aconteceu somente nesse fim de semana, mas virou rotina na periferia de São Paulo a violência contra a juventude pobre e, sobretudo, negra, porque no Brasil a pobreza tem cor.

O que temos que fazer é, deste espaço e desta articulação, produzir mais iniciativas, sobretudo uma em especial. Acho uma das coisas mais vergonhosas que o Brasil tem é que a lei penal que possui um instrumento chamado auto de resistência, que é a forma

como se acobertam as maiores violências que são cometidas na periferia do Brasil. O argumento é de que alguém resistiu, alguém reagiu à polícia. Essa é a forma jurídica para se ocultar a violência cometida contra jovens negros e pobres da nossa cidade.

O que vamos fazer aqui é protestar. Vamos manifestar - com a Juliana e outros companheiros - nossa indignação sobre esse assunto. Quando falávamos que era uma vergonha a Casa homenagear a ROTA, dizíamos exatamente isto: que estamos estimulando uma cultura da violência na periferia. Quando se levantaram e ficaram de costas para mim quando eu fazia meu discurso, eu falei o seguinte: “Podem ficar de costas, porque meu discurso não vai atingir nenhum de vocês, diferentemente de um jovem da periferia que, quando fica de costas, é atingido por cassetetes e até por balas”.

Desculpem meu tom até fora do padrão - quem me conhece sabe que sou mais suave -, mas o que aconteceu é grave e temos que nos contrapor a isso denunciando a atitude que, na minha opinião, é antidemocrática, para não falar facista, de uma homenagem como a feita à ROTA, e nos organizando para influenciar o Congresso Nacional para, sobretudo, acabarmos com o auto de infração, que é uma medida prática para acabar com a ocultação, digamos assim, da violência que existe nas nossas periferias. Muito obrigado, Juliana.

A SRA. PRESIDENTE (Juliana Cardoso) - Obrigada, Orlando.

Conforme combinado anteriormente, passo a presidência ao Rapper Pirata, que conduzirá os trabalhos.

O SR. PRESIDENTE (Rapper Pirata) - Para garantir a fala de todo mundo, vamos fixar um tempo de três minutos. Só quero reforçar que, para a intervenção, a gente tem que pensar em buscar respostas. Não dar conta, mas buscar respostas, o que é diferente.

O primeiro inscrito é o Robson, do Movimento da População de Rua do centro de São Paulo.

O SR. ROBSON - Boa noite a todos e a todas. Eu compreendo a dor desses pais que estiveram aqui. Eu compreendo pelo seguinte motivo: dia 31 de dezembro de 2011, a

polícia matou meu filho, que tinha 22 anos! Hoje eu procuro o DHPP, e resposta que eu recebo é que o processo está andando. Mas está andando de tal maneira que, dentro do DHPP, eles não acham o processo! Aí, vêm me falar da homenagem à ROTA. Eu digo: “Não posso arrotar ainda, meu irmão, estou com fome ainda”. A ROTA que eu conheço é a que mata jovens, matando crianças, matando adolescentes. Eles têm que matar porque a juventude é a força deste país; então, eles têm que eliminar a força do País! Aí, dizem que é na periferia que está a criminalidade. Vejo a criminalidade na classe rica, que, quando sai para assaltar e estuprar, se é um jovem negro que está lançando um *hip hop*, se está dançando *funk*, o matam porque é um criminoso. Essa é a realidade que a gente vê. Quando falo essas coisas, não estou falando da Comissão de Direitos Humanos nem da Secretaria de Direitos Humanos, mas, onde estão os nossos direitos? Na mão de criminosos fardados, e o maior culpado é o Comandante Geral, que covardemente não se opõe ao Governador do Estado para algumas ações que são por ele determinadas. Esses covardes se omitem e deixam seus comandados cometerem crimes na Cidade, como o contra esse jovem de 16 anos e como aconteceu com o meu filho, de 22 anos.

É revoltante ver uma polícia assassina. Era o que eu tinha a dizer. Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Rapper Pirata) - Tem a palavra o Juninho, do Círculo Palmarino.

O SR. JUNINHO - Boa noite. Estamos vivendo um momento em que os territórios urbanos e periféricos estão diante de uma verdadeira bomba-relógio. É importante dizer que nós temos, sim, a dimensão dos direitos humanos, mas só é possível entendermos, de fato, essa realidade a partir de uma dimensão mais ampla e estrutural da nossa sociedade. Não tem como discutirmos a questão da violência e todo esse processo instalado na nossa cidade e no nosso país sem pensar nesse modelo de desenvolvimento que foi proposto para nós e que está mostrando o seu total esgotamento político porque não consegue dar respostas concretas para a população pobre e periférica do nosso país.

É inadmissível que continue esse processo sistemático de concentração de renda

no nosso país em detrimento do endividamento da população pobre e em detrimento de se conseguir minimamente 10% para a educação e de se garantir o direito da população à mobilidade urbana. A violência nada mais é do que um efeito colateral desse processo estruturante da sociedade brasileira.

Nesse sentido, políticas pontuais são extremamente relevantes, e o Juventude Viva nada mais é do que uma conquista da nossa luta nesses últimos anos. Mas não serão as medidas pontuais, muito menos um conjunto de programas sociais que já existem que vão dar respostas à questão da violência no Estado de São Paulo e no Brasil.

Por isso, a questão do IPTU é tão importante quanto a questão da violência, porque tem tudo a ver com o direito à Cidade, porque a especulação imobiliária empurra o nosso povo para os locais mais distantes, de difícil acesso, predestinados à criminalização da pobreza.

Temos, então, que enfrentar essa discussão de forma estrutural. O governo que propõe o Juventude Viva é o mesmo que propõe o aumento do IPTU, jogando a nossa população para mais longe, e o que não consegue enfrentar o problema da Operação Delegada. É importante dizer que o jovem assassinado nesta madrugada estava indo para a Operação Delegada, cujo investimento pelo Governo Municipal é o dobro do para a Juventude Viva.

Então, medidas pontuais não resolvem o nosso problema. Precisamos mudanças estruturais para a sociedade brasileira e principalmente para São Paulo.

O SR. PRESIDENTE (Rapper Pirata) - Tem a palavra o Sr. Laerte Brasil.

O SR. LAERTE BRASIL - Boa tarde. Sou presidente mundial da Uniglobal Labor e Cidade, uma central que tem aqui no País a Confederação Geral da Juventude Democrática do Brasil e constituída também da Secretaria Internacional de Defesa da Juventude.

Alguns dados de pesquisa da violência no País mostram que muitos governos se omitem desde a promulgação da constituição da República. Até o ano de 2013 foram assassinados à bala 1 milhão e 628 mil jovens na faixa etária de 7 a 29 anos. Desses, 63% são

afrodescendentes; 23% do sexo feminino. Dessa quantidade, na faixa etária de 7 a 17 anos, 620 mil mortos à bala.

Grupos de policiais ligados ao tráfico de drogas, políticos e autoridades vêm colocando a criança e a juventude do País para vender drogas e cometer crimes e depois os matando como queima de arquivo. Sessenta e três por cento desses assassinatos ocorreram na cidade de São Paulo e na cidade do Rio de Janeiro. Esse dado coloca o País em quinto lugar no *ranking* dos países mais violentos do mundo, ultrapassando quatro países que durante 30 anos sofreram guerras: Vietnã, Panamá, Congo e o Iraque.

Então, precisamos ter medidas, porque temos uma polícia violenta. Considero a polícia do Estado de São Paulo como marginais legalizados pela corrupção. Não vou falar nomes de políticos, mas vou trucidar a público esses políticos bandidos. Já que eles querem encobrir o sol com dinheiro roubado para me perseguir, vou combater esses ladrões pela sombra. De janeiro até agora, foram distribuídos cerca de dez cheques roubados para o Comandante do 7º Comando Militar do Exército, para o Comandante Geral da Polícia Militar, para o Comandante do Policiamento da Capital, para o Presidente do Tribunal de Justiça, para o Procurador Geral e para o Secretário de Segurança Pública.

Enquanto eles fazem operações terroristas na área militar e na área judiciária e os políticos fazem operações na área política.

Vou combater esses fascistas pela sombra. Era o que eu tinha a dizer.

A SRA. PRESIDENTE (Juliana Cardoso) - Anuncio a presença do Vereador Nabil Bonduki.

O SR. PRESIDENTE (Rapper Pirata) - Tem a palavra a Sra. Sonia, do MNU.

A SRA. SONIA SANTOS - Boa noite. Pena que os pais não estão aqui, porque, assim como todo mundo aqui, eu sou conivente com isso, porque nós é que pagamos o salário desses safados que estão na rua matando o povo negro da periferia, e eu sou da periferia. Por isso, eu tinha que pedir desculpas, porque, a partir do momento em que a gente não vai para a

rua e não faz o combate, a gente é omissa, a gente tem culpa. Eu estou falando de um país, conforme a ONU já divulgou, que mata mais do que guerra. Com a quantidade de jovens negros mortos já dava para formar um país.

O Orlando não quis dizer, mas a polícia é fascista mesmo, e a Câmara Municipal não tem vergonha na cara, porque, quando viemos aqui, no Dia da Consciência Negra, fazer um manifesto, vereadores deram as costas para a juventude preta que está aqui, a quem parabenizo, porque chegaram até aqui vivos. Mas esse não era o objetivo, porque era para todos nós aqui já estarmos no IML junto com os nossos companheiros pretos, Porque não estamos nem sentando mais nas mesas e nos representando, sabem por quê? Porque não estamos chegando aqui. O povo está perguntando por que não estou indo a certos eventos. Não está dando mais para falar de cotas, de universidade, porque não vou ter preto lá, gente. Não vou ter preto lá.

Gente, vejo dez, quinze jovens morrendo por dia, só no meu bairro. Não preciso nem andar muito. Cada passo meu é um jovem que vai. E falar, Pirata, que o problema não é do Governo Federal? Não, ele não tem problema algum. Nem ministro preto temos. Não tem promotor preto, não tem defensor preto, não temos nada preto. Só para morrer.

Na política, nem falo. Porque a gente só é lembrado na hora do voto. A gente tem de tomar uma posição radical e parar de deixar certos pretos falarem que me representa. Não representa não. Não me representa não, porque quando pega o microfone, não tem coragem de falar do seu partido político, nem do viés que mata cada jovem aqui, que assassina, porque pode contar que cada um aqui tem uma história. Até primo, tio, avô, todo mundo. A mãe negra então já enterrou todos, só faltou ela. Mas, primeiro, eles vão estuprá-la, matá-la na área de saúde, com aborto e aí, por último, se sobrar uma balinha, a gente a mata, né?

Estou cansada de discurso hipócrita, dos movimentos sociais pretos, sim, que se venderam. Essa é a verdade. E de pessoas que acham que nós, pretos, estamos para servir de alicerce para outro. Já falei e repito, não é todo mundo que me representa. Periferia tem

nome, porque estou lá há 43 anos e sei muito bem o nome de cada um da minha rua. (Palmas)

O SR. RAPPER PIRATA - Na fala do Miltão, com a palavra o Sr. Denis Conti.

O SR. DENIS CONTI - Vou entregar para a Mesa dois caderninhos. Espero que eles tirem cópia e mandem para todos os presentes. Diz respeito a uma atividade que houve na Câmara, em 93, faz 20 anos: Violência Racial e Impunidade. Acho que seria importante vocês saberem o que já era apontado há 20 anos, com a discussão da campanha: Reaja à violência racial.

Esse outro é um material feito em 2010, sobre a onda dos 500 anos, em 2000. Criamos comitês no Brasil todo e melamos a festa do FHC com os Outros Quinhentos. Foi um pau do caramba. Eram seis mil policiais contra seis mil militantes; negros, índios, punks. Trabalhamos e fizemos as denúncias e é importante que todos recebam.

- Manifestação fora do microfone.

O SR. DENIS CONTI - É para tirar cópia para passar para o pessoal. É para publicar e me devolver o original. Neste País, na realidade, há um projeto de genocídio da população negra que já foi implantado no período da abolição da escravatura. Essa é a realidade. Foram buscar os europeus para substituir negros e negras no processo produtivo.

A coisa vem de longe. Há um movimento negro, em especial do qual faço parte, sempre denunciando e enfrentando essa violência. Essa hoje é uma bandeira nacional contra o genocídio da juventude negra, pobre e da periferia. O País todo está se mobilizando e fazendo ações com relação a isso.

Então, foi muito trabalho, muita conquista. Tivemos de convencer até mesmo setores de esquerda, que eram refratárias, ficavam com medo de que a questão iria dividir a luta de classes, mas nos saímos muito bem disso. Essa coisa de seguir o padrão europeu tem sido um atraso para a luta revolucionária no mundo todo.

Fico contente em ver vocês aqui porque conheço a maioria das pessoas e sei que estão na luta. São conscientes e vão juntar mais gente.

Esta audiência está sendo muito importante e, com certeza, fará avançar nosso processo de luta. No dia 20 teremos a marcha da consciência negra, onde estaremos levando essas bandeiras e faremos uma audiência estadual para levar à frente. Vocês estão vendo que essa polícia covarde e assassina está tomando o Brasil inteiro. Isso é luta e temos de fazer isso. Essa é a realidade. Um abraço a todos vocês. É um prazer estar aqui com pessoas lutadoras. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Rapper Pirata) - Quero convidar o Edgar Amaral, dos Agentes de Pastoral Negros do Brasil.

O SR. EDGAR AMARAL - Boa noite a todos. Apesar das falas estarem sendo contundentes, tenho medo da gente fingir que está tudo bem. É um desprazer total estar aqui na casa do Estado, é uma instituição que deveria ser implodida e falando para lapidar uma outra instituição que não deveria deixar de existir, que é a polícia.

Mas, tive de vir porque na rua de São Paulo sei que tenho mais de 200% de chance a mais de morrer do que um classe média que mora no Centro, porque não sou um classe média que mora no Centro. Além dessas coisas, aqui nesta Casa vale lembrar que foi nomeado cidadão paulistano o Blatter, responsável pela Copa do Mundo, presidente da FIFA, enquanto tantos outros cidadãos paulistanos estão sendo mortos, ignorados ou tratados como cidadãos paulistanos.

Esta mesma Casa também homenageou a ROTA, tem o seu crucifixo no Plenário, porque o Presidente da Casa faz questão de sempre fazer menção a Deus e ao crucifixo no estado laico. Isso para mim é sempre uma ofensa, não vou deixar passar. Além dessa grade, daqui a pouco vão colocar um *haganá* com guarda-sol na porta da Casa para proteger a “politicaiada”.

Essa audiência veio como uma coleção de fenômenos, de atos que vão culminar também na Assembleia Legislativa, pois já tem uma audiência pública marcada. Infelizmente, o nosso Prefeito, o Sr. Haddad, não é um cara de palavra, porque falou pessoalmente que viria e

não veio, mandou um Secretário de Direitos Humanos, com todo o respeito. Com certeza é a cara mais bonitinha que ele poderia mandar para cá, com todo o respeito. A cara mais bonitinha da Prefeitura, vamos dizer assim, porque é uma sessão de direitos humanos da Prefeitura.

Infelizmente, a gente não vai ter aqui um recado do Haddad para o Alckmin na assembleia da Alesp, porque o que eu queria tirar daqui eram recados para o Governo do PSDB, já que para ir para Paris planejar a Expo 2020, que vai ser maior do que as Olimpíadas e a Copa - e aí eu quero ver como é que fica a questão da polícia. Porque parece que de desmilitarização nenhum político vai falar. Infelizmente, parece que a gente não vai ter esse recado para ser mandado para o Alckmin, porque para ir para Paris passar o dia dos namorados com uma bandeira de São Paulo escrito *merci beaucoup* para planejar a Expo 2020 aqui em São Paulo, que quando foi feito em Paris criou a Torre Eiffel, esse PT e esse PSDB estavam juntos, assim como também estão juntos para receber orçamento de campanha da Odebrecht, Camargo Correia e todas as empreiteiras neoliberais que fazem da classe média o único destino e os únicos privilegiados, os únicos visados, tanto pelo Governo municipal, quanto estadual e federal.

Juventude viva não mexe na polícia. Eu quero ver quem é que vai mexer na polícia, porque enquanto não mexer na polícia vai continuar morrendo gente. Infelizmente, o Estado vem aqui para falar que não vai parar de morrer gente amanhã. Eu queria que parasse de morrer gente amanhã, porque faz parte do genocídio. Há genocídio direto, assassino em massa e encarceramento em massa. Cadê a Prefeitura dentro da cadeia? Cadê a Prefeitura dentro do IML? Cadê a Prefeitura mexendo nas políticas de policiamento, batendo de frente com as altas cúpulas, não só militares. A gente vem para a Casa do Povo e não sabe se está falando com político ou com militar. Em pessoa de paletó e de farda a gente não consegue confiar. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Rapper Pirata) - Quero convidar o Lucas Bento.

O SR. LUCAS BENTO - Falo em nome de uma entidade que tem 30 anos, Agentes de Pastores do Brasil, que faz parte do Comitê contra o Genocídio e também e da Frente Pró-Cotas.

Acho que a gente pode ficar aqui falando a noite toda, temos muita coisa para falar, mas queria primeiro dizer que precisamos que o Governo Municipal do Haddad, no qual eu ajudei a eleger, essa Câmara Municipal - tem alguns vereadores comprometidos com a nossa causa - deve de fato entrar nessa luta.

A Juventude Viva é um passo, mas precisamos dar outros passos maiores em cima da Juventude Viva para a gente conseguir consolidar o que o Milton e tantos outros vêm falando há muito anos sobre esse genocídio que está em curso e realmente precisa parar. Não dá para a gente continuar como estamos hoje, vendo a cada dia, a cada minuto um depoimento de um pai. Tenho três filhos, fiquei pensativo, mais do que todos esses dias, sobre qual seria a minha reação se eu tivesse aqui, porque sei que é complicado enterrar alguém. Tínhamos dois primos que também foram assassinados pela polícia e sei que não é fácil.

Agora, precisamos acelerar. Rogério. Precisamos fazer com que a Prefeitura de São Paulo consiga dialogar mais com a juventude, dialogar mais com a sociedade civil e que a gente possa pensar num plano afirmativo que dê resposta. A SMPIR deveria estar nesta Mesa, tinha um representante. Companheiro, faço questão que você venha aqui porque você tem que estar aqui também. Você vai falar de uma secretaria que tem tudo a ver com o que falamos aqui até agora. E se a gente não conseguir fazer uma interlocução entre secretarias e que nosso problema seja tratado como um problema de transversalidade pela educação, pela SMPIR, pela saúde, pelos direitos humanos e não só pelos direitos humanos.

É hora da gente acabar de achar que há gestão de gênero, há questão de raça, há questão de criança e adolescente. Tem que ser tratada apenas com a questão assistencialista e direitos humanos. Temos que entender que ela tem que ser tratada como um todo, com uma transversalidade. Por isso que eu acredito, Juliana, Pirata, que você deveria convidar o nosso

amigo a para essa Mesa representando a Secretaria de Igualdade Racial. Com muita luta conseguimos fazer com que fosse constituída e agora não pode ficar à margem de um debate como esse.

O SR. PRESIDENTE (Rapper Pirata) - Sinta-se convidado, por favor.

O SR. LUCAS BENTO - Para encerrar, precisamos fazer a nossa parte. A nossa parte é mobilizar o Estado como um todo, que não acredita que 49% de uma população afrodescendente ou negra vá conseguir 200 mil assinaturas para conseguir mudar um processo de cotas.

Então, todo mundo tem que estar engajado nessa luta. Juliana, Nabil, Rogério, Pirata já está, juventude e todos vocês, porque essa é a nossa ferramenta para chegar à Assembleia Legislativa e dizer que conseguimos 200 mil assinaturas. Queremos mudar o processo de cotas e usar a ferramenta que eles usam para nos oprimir, que é a lei, que é a Assembleia e que é a Câmara.

Queria pedir para vocês o apoio para que a gente possa entrar e conseguir 200 mil assinaturas até 20 de março de 2014.

Obrigado. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Rapper Pirata) - Quero apresentar o Marcão, da SMPPIR, já reforço também que está presente o Deputado Estadual Adriano Diogo e o convido para fazer parte da Mesa.

O Comitê e o Fórum de Hip Hop chamou a audiência pública para ser uma audiência pública e o formato é nosso e não estamos sendo indelicados com ninguém. Entendemos que todas as pessoas presentes desta sala têm esse compromisso para tentar, porque se existir um inimigo pesado, é o Estado. E aí a gente fica cumprindo umas regras do Município que não tem nada a ver com o que estamos falando. Estamos chamando a atenção das instituições mesmo. Mas, sinta-se convidado, Adriano Diogo, à Mesa, por favor.

O SR. LUCAS - Boa noite. Meu nome é Lucas, faço mestrado na Unesp, mas não

vou falar como pesquisador, mas como militante e o que já vivi.

Vou falar pelas famílias que perderam filhos e filhas nesse processo. Como o Miltão colocou, começou lá na África com a escravização dos negros e o genocídio, tanto psicológico como físico dos negros lá do continente até aqui nas Américas. Então, esse genocídio sempre foi pensado. Se pensarmos os representantes que estão dentro dos Estados - tanto o Estado de São Paulo como outros Estados do Brasil -, se você pegar o sobrenome deles, vocês vão entender esse processo. Então, não mudou. Mudaram as formas de genocídios, na minha opinião.

A mesma coisa que acontece aqui acontece em Salvador, em Santa Catarina. Por exemplo, em Curitiba, eles matam os homossexuais negros. O processo é diferente. Falo porque já estive nesses Estados, já participei de movimentos sociais. Então, tenho uma noção. Estou com 33 anos e, nesses 33 anos, estou cansado de ver esses debates. Secretarias são montadas, programas são montados. Só que nunca resolvem a situação de quem está lá na base. Sempre um processo parecido - não são iguais, são parecidos.

Outra coisa que é um dado importante para ser dialogado aqui com vocês - não sei se vocês têm essa consciência - é que, hoje - e, quanto a isso, tenho amigos que fazem Academia, fazem a Barro Branco -, quem tem esse dado mais concreto pode até colocar aqui para nós, mas hoje, um soldado militar levava 12 meses para se formar e, hoje, com seis meses, ele se forma. Quem fazia Barro Branco, para sair de lá como Tenente, hoje não são quatro anos, são três anos. Gente, ele precisa entender que o problema não são aqueles que estão vestindo a farda, o problema é quem está lá na ponta, lá no alto, é quem dita as regras. Por exemplo, outro fato que vou dialogar aqui com vocês aconteceu em Campinas. Acho que alguém aqui sabe, saiu até no *Diário Oficial*, onde um Capitão ou Coronel fala - não lembro o nome do bairro lá de Campinas, foi agora, recente - que todo negro e pardo que estiver andando na rua lá no bairro, é para parar. Está no jornal.

Então, gente, pensa: precisamos pensar em ação.

O SR. PIRATA - Um minuto, companheiro.

O SR. CHICO BEZERRA - Quantos minutos?

Então, precisamos pensar em ação. Estou cansado de programas, de Secretários. Acho que, assim, a transformação tem de vir do meio. Então, a transformação tem de vir de nós, não deixar as pessoas montarem Secretaria para falar por nós. Não estou desmerecendo o mérito das Secretarias, que são importantes. Mas tem de somar. Um exemplo: este tipo de evento aqui, em minha opinião, tem de ser mais socializado, panfletar mais, ir às periferias, e nas bases. Sou professor também. Há jovens do Ensino Médio que não sabem o que são cotas, não sabem o que é genocídio. Então, assim, precisamos ir para a base. Enquanto ficarmos aqui discutindo, é isso o que eles querem.

O SR. PIRATA - Conclua, companheiro.

O SR. CHICO BEZERRA - O que os Panteras Negras fizeram? Foram para a rua. Não há outra forma. Se não formos para a rua e combatermos, e ficarmos aqui só no discurso, os discursos vão continuar por mais 400 anos.

Para finalizar, vou deixar aquela música, um pedacinho da música de Racionais: “Polícia, raça do caralho” e vai continuar sendo, gente.

Obrigado. (Palmas)

O SR. PIRATA - Depois do Chico Bezerra, por gentileza, Gegê.

O SR. GEGÊ - Boa noite, companheiros e companheiras.

Sou do Grupo Tortura Nunca Mais, indicado para acompanhar o Comitê até a sua vitória - no que eu acredito. Digo isso porque o grupo Tortura Nunca Mais - vocês devem saber muito bem -, durante décadas esteve voltado a quê? Aos companheiros, aos camaradas que perderam a vida contra a ditadura civil-militar. Mas esse Grupo Tortura Nunca Mais, hoje, reformado, vitalizado com uma meninada muito importante - entre eles, cito aqui a Fanfarra do M.A.L. -, estamos aqui porque entendemos que o Estado, o Estado de São Paulo, como os outros Estados, são genocidas, e o Diogo sabe muito bem disso, porque ele já vem fazendo

esse papel na Assembleia, denunciando.

Sabemos que esse Estado está aí para eliminar os pobres e, principalmente, os da periferia. Foi dito aqui - e eu concordo com um monte de coisas -, mas quero aproveitar esse momento, nesta Câmara, e dizer que estamos aqui para mudar, viu, Juliana e Nabil? - e os outros que aqui não estão.

Estamos aqui porque entendemos e declaramos guerra a esse Estado genocida. Isso já foi dito e redito para todo o pessoal: Polícia Civil, Polícia Militar e para a sociedade. E esta audiência - escrevam bem o que estamos falando: o Comitê contra o Genocídio não sai daqui para amanhã isso ficar no vazio. Estamos praticando e vamos continuar indo às ruas, de forma civilizada. E eles estão vindo, nos perguntando...

O SR. PIRATA - Um minuto, por favor.

O SR. CHICO BEZERRA - Nos perguntando: "Vocês vou segurar os Black Blocs?".

Nós não vamos segurar ninguém. Nós queremos é mudar a forma do que foi dito pelo companheiro que me antecedeu quando disse que tem de mudar esse currículo de formação militar. Nesta Câmara, Sr. Vereador e Sra. Vereadora, tem de mudar essa militarização que está aqui dentro. Não podem permitir que a Polícia Militar, não só aqui como na Assembleia Legislativa, Adriano Diogo, mande, determine as coisas. E, muitas vezes, é obrigado um Deputado a sair para segurar um companheiro. Isso é militarização. Temos de partir para uma questão maior.

O SR. PIRATA - Conclua, por favor.

O SR. CHICO BEZERRA - Vou concluir.

Temos de desmilitarizar, e desmilitarizar é a cabeça, secretário de Direitos Humanos, eu só peço a V.Sa., em nome da Rose Nogueira, nossa Presidenta, o seguinte: conseguimos tirar os 31 coronéis reformados - um avanço para que a comunidade possa avançar, possa ter lazer, e não podemos permitir que retroceda e que venha, agora, como foi dito aqui - e peço Srs. Vereadores que vejam: não dá para aceitar a Bancada da Bala, não dá

para aceitar Operação Delegada. E façam como foi feito lá em Guarulhos, viu, Juliana? Retira, e não dá.

O SR. PIRATA - Conclua, por favor.

O SR. CHICO BEZERRA - Porque foi dito aqui também...

Vou concluir.

Quem matou o Jean, com três tiros, recebe da Operação Delegada. (Palmas)

O SR. PIRATA - Agora é o Gegê. Depois do Gegê, gentileza, Tamires, do Quilombo Raça e Classe.

O SR. GEGÊ - Uma bala branca atravessa o meu peito, só por não ter dinheiro para comprar justiça, só por ser negro, preto e fudido. Por isso, essa bala branca atravessa nosso peito.

Vir aqui a uma audiência pública é importante, é muito importante. Mas muito mais importante, meus companheiros e minhas companheiras, é evitar que outros Douglas venham a tombar, porque a audiência pública não vai evitar, Pirata, que eu saia daqui e, na primeira esquina ali, seja alvo de mais uma bala. Temos de ter claro que a audiência pública é para somar, é para trazer todas e todos os atingidos por esse sistema selvagem, o capitalismo; e, daqui, a gente tire qual é a política de enfrentamento que vamos fazer ao sistema. E sabemos que o sistema é selvagem e, aí, alguns dizem: "É o policial, é o soldado". Temos de ter clareza que quem foi responsável por aquele número de 111 foi o Governador do Estado. Foi ele que mandou fazer. Assim que quem mandou fazer

Assim como quem mandou assassinar o Douglas foi o Governador do Estado, e ele tem nome: ele chama-se Geraldo Alckmin. Eu sei que dizer, citar o nome do cidadão pode custar mais caro para mim do que para quem não falou nada. Mas nós não podemos recuar, companheiros. O momento nos chama à organicidade. Sem organização de massa, seremos incapazes de fazer qualquer enfrentamento. E, neste momento, necessitamos de organização de massa, pois nossa juventude negra está sendo exterminada. É extermínio da juventude

negra e existe uma política formalizada para isso.

Nós, negros velhos, como Miltão e Gilson, morremos de outra forma e os nossos filhos e netos serão exterminados com bala na nuca, assim como fizeram com nossos índios. Por que exterminaram os índios? Porque a população era dona disso aqui. Hoje o País está se tornando preto e corre o risco de amanhã alguns desses pretinhos safados quererem ser presidente da república. Isso não pode. Essa negriada, de repente, vai indicar o Miltão para presidente da república. Não.

Então companheiros, esse é o caminho, exterminar o povo negro e se nós, negros e negras, não tomarmos vergonha na cara e não nos organizar, seremos exterminados e nada vamos poder falar. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Rapper Pirata) - Depois da fala da Tamiris, por gentileza, Airson da Costa - o famoso Costa.

A SRA. TAMIRIS RIZZO - Boa noite para todo mundo. Sou do Movimento Nacional Quilombo Raça e Classe e militante do PSTU. Gostaria de saudar os presentes e minha solidariedade aos familiares do Douglas.

Já que esta é uma audiência que pretende refletir sobre os temas municipais, gostaria de começar questionando, aos que estão aqui representando as autoridades do Município, o motivo da ausência do Prefeito Fernando Haddad e da Secretária Federal. Quero saber qual a justificativa formal para a falta dos representantes, uma vez que a audiência foi convocada com antecedência e uma vez que há o reconhecimento, por parte dessas instâncias, de que o genocídio, hoje no nosso País, tem praticamente dados comparados a de uma guerra civil. A Presidente da República tem responsabilidade, os Secretários e assim por diante. Qual o motivo dessa ausência frente ao motivo - em minha opinião - de magnitude extrema, principalmente a partir do caso do Douglas e do Jean.

Sabemos da responsabilidade do Governo do PSDB. Quem é negro e mora na periferia sabe o que a polícia do PSDB faz e sabe o que a PM faz. Agora, quero me dirigir à

responsabilidade do Governo do PT, do Haddad, nessa Prefeitura - a cidade de São Paulo faz parte do Estado - que, no silêncio, é cúmplice de todos os atos de genocídio que acompanhamos.

O projeto Juventude Viva não está colocado na agenda do Governo Federal desde a semana passada. Quero questionar o motivo pelo qual o projeto ficou na gaveta esse tempo e qual a possibilidade dele avançar para o combate ao genocídio da população negra, pobre e periférica na medida em que não se enfrenta com a instituição policial e na medida em que o Governo PT continua sendo conivente com a política de extermínio do Governo do PSDB. Apenas para dar alguns exemplos, o Governo do PT foi cúmplice no massacre e na desocupação do Pinheirinho na medida em que não se posicionou claramente.

- Manifestação fora do microfone.

A SRA. TAMIRIS RIZZO - Estou no meu direito de fala. Gostaria de questionar também como um projeto pode dar certo na medida em que o Governo Federal encaminha o projeto Brasil mais Seguro que, entre outras coisas, visa colocar o exército na rua. Como um projeto pode se dar com outro, sendo que um coloca o outro em plena contradição com o fato de ter o exército nas ruas. Isso no Estado de Alagoas que é pioneiro do projeto, onde um jovem negro tem mais de 1.039% de chances de morte.

O tempo para o questionamento sempre é curto, mas gostaria das respostas.
(Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Rapper Pirata) - Peço que respeitem as falas, porque não é momento para ficarmos nos digladiando.

Com a palavra o Costa e após o Miguel Angelo, do Fórum de Hip Hop.

O SR. AIRSON DA COSTA - Boa noite a todos. Acho que estamos num dilema aqui e temos de voltar a 13 de dezembro de 1968.

O SR. COSTA - Boa noite a todos. Eu acho que nós aqui estamos em um dilema. Temos que voltar a 3 de dezembro de 1968, em plena vigência do Ato Institucional 5, que, logo

em seguida, constituiu em Polícia Militar o que era a antiga Força Pública. O que é a Polícia Militar dentro da República Federativa do Brasil? Primeiro, eram os terroristas? Ótimo. Abateram. Não venceram, porque hoje temos aqui uma ex-guerrilheira como Presidente da República. Então, ela tem uma história.

Temos que nos preocupar com o fato de termos tido 20 de governo do PSDB, e a criança que nasceu há 20 anos está sendo morta agora. Pergunto à Secretaria de Direitos Humanos: no dia 16 de março, foram mortos três garotos na Rua do Gasômetro. Os pais deles eram catadores de recicláveis. Depois, no Belém, houve um assalto e morreu outro classe, este de classe média. Nossa! Foi uma comoção do Governador que até me deu medo, me apavorou. Não ouvi nada sobre o que aconteceu com aquela família de catadores. Sobre isso, não ouvi, e me dói, porque há um peso e duas medidas.

Há uma questão que me incomodou muito mais, a questão do Coronel que diz ter apanhado no Parque Dom Pedro, no que não acredito. Porque nenhum homem formado em academia militar vai se envolver em tumulto. Curioso: ele caiu lá de paraquedas? São estranhas as observações que a gente tem que fazer dentro desse Estado de Direito. E, dentro desse Estado de Direito, Pirata, são os nossos aliados, aqueles que estão do nosso lado, aqueles que estão abrindo a discussão com a gente, que vão fazer a diferenciação entre o que é Estado e o que não é. Se houve mudanças neste país - e houve grandes mudanças -, ainda assim precisamos avançar mais. Agora, vamos ter pelo menos consciência do que é política de Direita e o que é política de Esquerda e a quem vamos atacar, quando nos unirmos, para fazer uma política contra esse Estado que tem promovido a morte. Muito obrigado. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Rapper Pirata) - Tem a palavra o Miguel, do Fórum de Hip Hop.

O SR. MIGUEL - Boa noite, galera. A gente está organizando, há uns três ou quatro meses, esta audiência. Agora, estou aqui “puto” da vida, porque, primeiro, sentou um Vereador aqui, o Laércio não sei o quê, ao lado da família do Douglas, e veio falar do filho dele, que ele

tem filho, não sei mais o quê, mas ele votou pela Salva de Prata para a ROTA. O cara tem sangue na mão, “tá ligado”? Aí, o cara senta aqui, tira um barato da nossa cara e sai fora, “tá ligado”?

O SR. LAÉRCIO BENKO - O Vereador está aqui, presente.

O SR. MIGUEL - Cadê ele? Levanta a mão, por favor. (Pausa) Então... O senhor votou a favor da Salva de Prata para a ROTA. Com que direito você acha que tem de sentar aqui com familiares de pessoas que foram assassinadas?

- Palmas e ovações no recinto.

O SR. MIGUEL - Você é um porco, é isso que você é. Como quase 90% da Casa é hipócrita,... Aí, olha para fora e vejo o Soldado Peluco, que foi o cara que me enquadrado aqui, anotou meu telefone num papel à parte com o meu endereço e colocou no bolso. Bom, vamos lá.

O Haddad não está aqui, então a audiência já está com um formato horroroso, porque ninguém vai conseguir responder as nossas questões. O Haddad é o único cara que pode chegar e falar: “Operação Delegada ‘x’, ‘y’, ‘z’”. Ele soltou um Plano Plurianual, que vai terminar em 2017, com um orçamento de 0,5 bilhão para a Operação Delegada, e a gente está aqui discutindo Juventude Viva, que tem um orçamento municipal de 43 milhões. Então, vocês estão tirando com a minha cara! A Coordenadoria de Juventude está tirando com a minha cara! Vocês só existem porque existe o Juventude Viva; senão, vocês nem existiriam. É por isso que vocês ficam falando de Juventude Viva, “tá ligado”?

- Palmas no recinto.

O SR. MIGUEL - Vocês estão me tirando. Vocês estão pegando um processo histórico de lutas, de movimentos sociais que se organizam pela luta em relação a essa questão do genocídio, aí vocês transformam nessa porcaria. Quarenta e três milhões, mano! Aí, vem falar do orçamento do Governo Federal, que nem oficial é.

Assim: 0,5 bilhão para a Operação Delegada, 43 milhões, e aí tem o Sottili. O Sottili

é contra a Operação Delegada, já se pronunciou contra. Ele falou que a GCM tem uma cultura de truculência, que a PM também tem, e que, apesar de gestão municipal da Prefeitura não ter controle, eles têm algum programa que possa lidar com isso. Então, o Sottili no lugar do Haddad... Ainda bem que ele está aqui, porque a gente convidou e tudo o mais, você deveria estar aqui de qualquer maneira.

A questão é a seguinte, Sottili: o Haddad mandou o Choque para o Itajaí, na zona Sul, e eles desapropriaram uma favela e jogaram a galera para mostrar em um cemitério clandestino. Quando acabar esta audiência, a gente vai conversar, e eu gostaria que você fosse até lá para ver qual é a sensação de morar em um cemitério clandestino. Você mora oito anos em um lugar, o Choque te expulsa de lá; aí, quando você vai montar o seu barraco de madeirite, você desenterra corpos de negros. Era só isso, galera. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Rapper Pirata) - O próximo inscrito é o Ice Boy, do Fórum de Hip Hop. Depois dele, o Sandro Lobato, também do Fórum de Hip Hop e mais uma última inscrita.

O SR. ICE BOY - Boa noite, pessoas. Sou Ice Boy, do Fórum do Hip Hop do Extremo Leste Cartel. Tem aqui um lance importante para a gente começar a fazer algumas análises. O Governo Federal, junto com o Governo estadual, quer unir as polícias em formato de inteligência, uma polícia passando informação para a outra para poder reprimir as manifestações que estão rolando na Cidade toda. Quando o pessoal das manifestações vem das faculdades e universidades, esses manifestantes são conhecidos como vândalos, os caras que quebram, e esses são reprimidos com balas de borracha. Já na periferia, muda o caráter do manifestante: não é mais vândalo, ele passa a ser do crime organizado, e a resposta é com bala de verdade para arrebentar com a meninada. (Palmas) Eles passam a ser do PCC. Agora, toda periferia é PCC. Eu sou do PCC, só que sou pobre, porque os caras do PCC têm grana e andam com carrão. Sou o lado pobre do PCC. O argumento que os caras usam é para isso.

Ontem, eu estava assistindo à TV Record, àquele facista Marcelo Rezende, e o

tempo todo ele dizia: “Tem que meter bala”. Se tivéssemos um Governo Federal realmente de esquerda, a Record já teria saído do ar no dia seguinte (palmas), porque nenhum meio de comunicação tem que incentivar a morte da população, especialmente da população que é expectadora desse meio de comunicação. Já teria saído do ar! Na hora! Se eu fosse cantar a música em que eu falo que é para pegar no fuzil e sentar bala em parlamentar, ou eu seria preso ou a rádio sairia do ar. A pegada é essa.

O pessoal dos Direitos Humanos tem que começar a se ligar no seguinte: se os caras falarem mal de vocês, vocês têm que usar o poder político que vocês têm para ir à televisão e entrar com direito de resposta. Os caras falam mal de vocês, vocês têm que usar o poder política que vocês têm para ir até a televisão e entrar como direito de resposta. Vocês não usam o direito de resposta, ficam quietos demais. Vocês têm poder político, vocês têm poder público, tem advogado, juiz, um monte de gente que corre junto lá do lado com vocês, e vocês ficarem calados? Ou pelo menos dá o direito de resposta para essa mãe que tem um filho assassinado. Tem que garantir o direito de resposta dessa mídia, que essa mídia está arrebetando, fazendo propagando de guerra. (Palmas) Isso é propaganda de guerra.

E, para concluir, é o seguinte: estamos unidos e temos de estar mais unidos. Malcolm X disse uma frase: “Temos que usar a nossa força”. E eu vou falar. Vocês não falam, mas eu falo. Um policial matou um preto, vamos dar a resposta: dois “polícia”. (Palmas)

A SRA. ELISÂNGELA MARIA DOS SANTOS - Boa noite. Meu nome é Elisângela Maria dos Santos, sou assistente social e vim representar a Vila Nova Conquista, na zona Sul, que está abandonada pelo nosso poder público.

Sou representada pela Subprefeitura de Capela do Socorro, que não houve ninguém que vai falar sobre jovens e adolescentes. Lá eles estão em extrema vulnerabilidade social.

Segunda-feira, enterremos um, chamado Vanilson... [Oradora se emociona] E a mídia não foi lá, porque eles não reconhecem o nosso bairro.

Gostaria de deixar a minha indignação, e pedir para o Secretário pedir para a nossa Subprefeita Cleide Pandolfi ter um olhar diferenciado para a nossa população de Vila Nova Conquista.

Obrigada pela oportunidade. (Palmas)

A SRA. PRESIDENTE (Juliana Cardoso) - Gente, essa audiência pública foi a última. E temos uma organização para poder voltar para a mesa.

Tem algumas falas que são realmente importantes, até para podermos visualizar aquilo o que realmente é a realidade que muitos de vocês vivem, eu vivo. E a gente sempre vem buscando se organizar e se ajudar em conjunto para poder...

- Manifestação fora do microfone.

A SRA. PRESIDENTE (Juliana Cardoso) - Aqui, não. Não veio para mim. Não chegou.

- Manifestação fora do microfone.

A SRA. PRESIDENTE (Juliana Cardoso) - Eu só queria finalizar a minha intervenção, daí passo para você, Sandro.

E temos de identificar quem são os nossos parceiros. E, hoje, tem os vereadores que são da Casa, e tem pessoas de entidades ou de outras instituições, que são parlamentares, que também são parceiros. Então por isso que eu queria, sim, chamar o Adriano Diogo para compor esta Mesa, porque é uma pessoa que hoje vem desenvolvendo na Assembleia Legislativa um lugar de voz, e vem buscando, na presidência de Direitos Humanos, dar voz a esta comissão aqui. E quem acompanha a minha comissão sabe qual a dificuldade que eu tenho para estar nessa comissão. Eu tenho mais três coronéis aqui do lado. Somos em nove. Tem mais PSDB, tem mais... Para eu passar qualquer audiência pública, eu tenho que suar. E a mesma coisa na questão do Governo Fernando Haddad. No início do governo é tudo muito difícil. Início de secretaria, então, que nem existia, que nem tem orçamento, é mais difícil ainda. E se precisa, sim, ter pelo menos a vinda de uma organização para caminhar junto para

que nem existia, que nem tem orçamento, é mais difícil ainda. Precisa, sim, pelo menos a vinda de uma organização para caminhar junto, para que a gente consiga atravessar esses momentos, porque tem governos e governos. A gente sabe como foi a gestão Kassab e Serra, todo mundo aqui sabe o que sofremos na pele. Então, gente, tem organização que dá para caminhar junto. Tem ações em que a gente precisa se juntar em alguns momentos, independentemente das desavenças, para caminhar para frente, e acho que este é o momento.

Chamo o Adriano de novo para a mesa. Tenho que sair correndo de novo, volto, enquanto o Sandro fala, para depois finalizar esta audiência. Só queria fazer esse desabafo, porque todo mundo está se ajudando para a gente passar para essa fase, que não é pequena, é muito grande, é um monstro muito grande, e a gente tem que se juntar para brigar com esse monstro que tem avançado contra nós. O Sr. Sandro, por favor.

O SR. SANDRO - Boa noite. É um prazer estar nesta câmara, neste equipamento público e é bom ter conosco pessoas que representam o poder público para nos ouvir.

Há um ano vim neste mesmo local falar sobre o mesmo tema, o genocídio da juventude negra, preta e pobre no Estado de São Paulo. O fórum já vem martelando, outras entidades vêm falando sobre esse tema há algum tempo. Então a gente sabe que este local não nos representa, porque não está disposto a discutir e a apresentar soluções viáveis, sendo que são eles que podem dar soluções viáveis. A única coisa que nós podemos fazer é dar sugestão numa folha, imprimir quatro folhas de papel com várias sugestões e apresentar, e a bancada que eles representam que vai fazer isso acontecer. A obrigação nossa, como cidadãos, é cobrar a realização de qualquer ação que esteja no papel, ou dar melhores condições para aquelas que já existem.

Eu só estou aqui porque eu estudo, porque, com 33 anos de idade, trabalho durante o dia e à noite estudo, vou fazer minha primeira faculdade. Não é digno de ninguém, sabe por quê? Porque meu professor tem 31 anos de idade, já tem mestrado e me dá aula. Sou exemplo de quê? De desigualdade. Sabe por que eu estou vivo? Porque o

desenvolvimento falhou comigo. O desenvolvimento queria me levar à morte. Eu não morri, estou aqui.

Então, por favor, senhores representantes do Estado, secretários, servidores públicos... Policial é servidor público. Eu conheço policial. O máximo que eu já fiz na minha vida foi ser um vigia, trabalhei como vigia. Nunca precisei trabalhar armado, não sei o que é trabalhar armado. O policial sabe o que é trabalhar armado, eu não sei. Ladrão sabe o que é trabalhar armado, eu não sei.

Então, pessoas que são nossas representantes, por favor, cumpram qualquer uma dessas exigências que estão aqui. Vou agradecer e os filhos que eu vou ter também vão agradecer, porque eu vou incentivá-los a participar de qualquer uma dessas ações que estão aqui.

Obrigado. Boa noite. (Palmas)

_____ **O SR.** _____ - Eu estou sendo cobrado de umas coisas institucionais, mas eu não sou institucionalizado. Aí eu só quero trazer, por gentileza... Marcão, tem uma fita que é muito importante aqui. A gente também tem muita leitura. Não dá para você responder uma coisa que eu acho que o secretário tem que responder. Aí é muito pesado para você. Está suave. Eu só quero que você tenha a leitura de quem são essas pessoas e o que nós estamos falando, porque o nosso tempo no governo é um tempo e o nosso tempo continua até os caras nos acertarem. Aí eu quero trazer o Marcão, que está representando a Sepir neste momento, a Sepir do Município, mas não é porque o fórum de *hip-hop* ou o comitê ou as pessoas que estão aqui estão desrespeitando os parlamentares. É que nós não somos institucionalizados. É isso. Por favor.

O SR. _____ - Boa noite. Cumprimento a Mesa, todos os presentes. Para mim este momento é uma situação complicada para falar de Juventude Viva da ótica principalmente para quem está sentado, da ótica do governo. Sou preto, do *rap*, moro em Guaianases, Lajeado, um lugar onde a juventude sai da escola e é assaltada, mesmo com

GCM na porta da escola; um lugar onde o caos ainda está instalado porque o poder público não chegou.

E aí não é atropelando as instâncias, não. Acredito que a mesma sensibilidade que o Neto tem eu também tenho, porque eu sou preto e da periferia que nem ele. Sabemos da dificuldade de encaminhamento do plano Juventude Viva na cidade de São Paulo, mas também pela nossa luta histórica, a luta do movimento negro, vou dizer que a gente não pode abandonar essa possibilidade, porque a polícia só mata porque a gente invisível em todos os outros setores da sociedade. A gente é invisível ainda para a política pública com relação ao trabalho, à assistência social, à segurança urbana, à educação.

O plano Juventude Viva traz essa possibilidade de a gente colocar a questão racial em pauta em todas as secretarias e deixar de ser invisível para que a gente possa, além de ter um serviço público, um equipamento público de qualidade para atender à juventude preta e pobre, também possa encontrar parceiros, sabendo que não é da noite para o dia que a gente vai mudar essa situação.

Acabar com o racismo institucional não é só publicando uma lei, um decreto e achar que já era. A gente está mexendo com o subconsciente das pessoas, e aí a gente vai ter que trocar muita ideia. A lei existe para dar um limite, mas a gente não consegue ficar 24 horas por dia vigiando as pessoas para saber exatamente o que elas estão fazendo. Mudar a cabeça de cada cidadão, homens e mulheres, pretos e brancos, leva tempo. Dizer que acabar com o auto de resistência vai acabar de uma hora para outra com a morte, vai diminuir a mortalidade da juventude negra... Eu, como cidadão preto e pobre... Dizer que isso vai dar resultado da noite para o dia é no mínimo ser ingênuo.

Acho que é uma conquista no sentido de conseguir preservar mais vidas. O plano Juventude Viva trabalhando com as outras secretarias pode não atingir diretamente a Polícia Militar, mas a gente vai começar a construir um caminho mais suave para a juventude negra, um caminho mais suave para a população negra na cidade de São Paulo. Eu acho que a gente

não pode perder isso de vista. Infelizmente a nossa caminhada para o fim do racismo é muito dura e a gente não pode perder nenhum tipo de oportunidade ou espaço para discutir as nossas especificidades e dizer exatamente do que homens e mulheres jovens e crianças pretos necessitam ainda nesta Cidade, que é muita coisa.

A Secretaria Municipal de Promoção da Igualdade Racial é nova, é um grão de areia dentro desse mar de problemas, mas a gente acredita que com a força dos movimentos, com o diálogo dos movimentos negros, dos movimentos sociais, independentemente do período de mandato, a gente vai poder construir coisas sólidas para, mais na frente, aperfeiçoar. Todas as falas têm uma cota muito grande de razão. Precisamos envolver o Governo do Estado, nessa discussão. Agora, não podemos perder de vista que o Município tem um papel muito importante que, bem ou mal, está dando o primeiro passo. Começou no Governo Federal, mas, agora, São Paulo vai dizer. Exatamente como é que a coisa tem de ser feita aqui, numa cidade com características, com especificidades muito próprias, e que acredito que a comunidade negra aqui vai poder dar um grande exemplo no sentido de dizer como é que podemos enfrentar a questão do racismo, da intolerância, para Brasil, a partir da cidade de São Paulo. Acho isso.

Enfim, podemos avançar com vistas ao Governo do Estado, mas peço encarecidamente que todos não esqueçam que é muito importante aproveitarmos toda a qualquer oportunidade para falar da causa negra no Município de São Paulo.

Obrigado. (Palmas)

A SRA. PRESIDENTE (Juliana Cardoso) - Obrigada, Marcão. Obrigada pela presença. Desculpe-me do início indelicado de não chamar você para a Mesa, mas acho que também faz parte de uma Secretaria que está começando agora e que precisamos nos organizar para podermos juntar as forças.

Queria chamar o Sr. Adriano para fazer uma saudação, companheiro Adriano Diogo, por conta da organização que ele tem na Comissão de Direitos Humanos, que também lá há

um embate grande, da dificuldade para os parceiros não construírem.

- Conversas fora do microfone.

- Tumultua-se o Plenário.

A SRA. PRESIDENTE (Juliana Cardoso) - Pirata, acho que é difícil, um pouco, essa posição sua.

O SR. PIRATA - (Manifestação fora do microfone) Nós só estamos aqui... Agora é sério... Para falar da Juventude. Nós só falamos aqui, perdoa me, mas aí estou tentando evitar esses atritos. Vou falar muito sério: os caras só falaram de Juventude Viva aqui neste local, e nós estamos apresentando 34 leis de Juventude. Pergunto ao Coordenador de Juventude em que momento que ele falou das leis de Juventude? As Estações de Juventude, eles estão falando de vir uma do Federal. Aqui, há 10 anos, é lei para haver essas Estações de Juventude. Desculpa, mas ele não era para estar na Mesa. Tenho de ser indelicado, porque é um cara que fica pautando. Eu chamei o seu Chefe, não você!

- Manifestações na galeria.

A SRA. PRESIDENTE (Juliana Cardoso) - Acho muito ruim...

Gabriel, Gabriel, fica aqui, por favor.

O SR. PIRATA - Não tem problema, eu saio da Mesa.

- Conversas fora do microfone.

O SR. PIRATA - O que vocês fizeram com o hip-hop e com o Juventude Viva... A gente não é bobo, velho.

Então, se você quiser, você é servidor público. Nós não somos seus funcionários. Ao contrário. Os impostos são...

- Manifestação na plateia.

O SR. PIRATA - Tenho que falar para você, porque você fica fazendo esse joguinho toda hora.

A SRA. PRESIDENTE (Juliana Cardoso) - Pirata, não, acho que aqui é uma

audiência pública, pessoal, que foi construída...

- Manifestações na plateia.

A SRA. PRESIDENTE (Juliana Cardoso) - Gente, com licença, por favor.

- Discussões na plateia.

A SRA. PRESIDENTE (Juliana Cardoso) - Erick, Erick,...

O SR. PIRATA - Não quero saber da disputa política de vocês, partidária. Por favor.

Nós somos um movimento social. É outra pista.

- Discussões na plateia.

A SRA. PRESIDENTE (Juliana Cardoso) - Podemos...? Acho que a gente está se equivocando aqui...

O SR. PIRATA - Nós estamos conseguindo coisas aqui, e eu sei o que estou falando. Então, está suave.

Vamos fazer...

É o Sottile que é para falar.

A SRA. PRESIDENTE (Juliana Cardoso) - Acho que a gente tem... Não pode ser indelicado com as pessoas.

Assim, é uma audiência pública. Portanto, como audiência pública, é para todos.

- Manifestações na plateia.

A SRA. PRESIDENTE (Juliana Cardoso) - Mas isso, a postura é muito ruim, gente.

Todos nós que estamos aqui nesta sala - todos - lutamos por uma causa só.

- Manifestação na plateia.

A SRA. PRESIDENTE (Juliana Cardoso) - Todos, todos.

- Manifestação na plateia.

O SR. ERICK - Ju, Ju, ... Só um minuto.

A SRA. PRESIDENTE (Juliana Cardoso) - Eu não lhe dei a palavra, Erick. Só um minutinho, por favor.

- Manifestação na plateia.

A SRA. PRESIDENTE (Juliana Cardoso) - Eu estou falando, eu estou presidindo...

- Manifestação na plateia.

A SRA. PRESIDENTE (Juliana Cardoso) - Erick, só um minutinho, por favor.

- Manifestação na plateia.

A SRA. PRESIDENTE (Juliana Cardoso) - Eu acho que essa postura...

- Manifestação na plateia.

A SRA. PRESIDENTE (Juliana Cardoso) - Gente!

- Manifestação na plateia.

A SRA. PRESIDENTE (Juliana Cardoso) - Exatamente, é isso o que eu queria falar.

- Manifestação na plateia.

A SRA. PRESIDENTE (Juliana Cardoso) - Pirata, a gente combinou de fazer uma audiência em conjunto.

- Manifestações na plateia.

A SRA. PRESIDENTE (Juliana Cardoso) - Então, pessoal, eu acho...

- Manifestações na plateia.

A SRA. PRESIDENTE (Juliana Cardoso) - Gente, só um minuto. Eu gostaria, por favor, que vocês... Vamos ouvir um pouco.

- Manifestações na plateia.

A SRA. PRESIDENTE (Juliana Cardoso) - Foi o Fórum de Hip-Hop, junto com a Comissão de direitos humanos. E você sabe muito bem, a dificuldade de conseguir fazer esta audiência aqui.

- Manifestação fora do microfone.

A SRA. PRESIDENTE (Juliana Cardoso) - Sonia, me desculpe, você não sabe como é esta minha comissão. Você já fez a conta de quantos Vereadores estão aqui e que não

fazem parte da Comissão de Direitos Humanos?

Aqui estamos numa só causa. Não vou ficar me desgastando e brigando. Estamos do mesmo lado. Não é nesta comissão que tenho de ficar brigando ou discutindo com alguém. Desculpa. Este é o momento que dispomos para nos organizar e podermos avançar. Dessa forma, não estamos avançando. Não estamos avançando. Por isso estou pedindo, por favor, para que as pessoas se respeitem para podermos avançar.

- Manifestação fora do microfone.

A SRA. PRESIDENTE (Juliana Cardoso) - Se for continuar assim, podemos finalizar esta audiência pública.

- Manifestação fora do microfone.

A SRA. PRESIDENTE (Juliana Cardoso) - Se começarmos com agressões, desculpe-me, acho melhor finalizar esta audiência pública, porque assim não dá para darmos continuidade a não ser que consigamos somar e avançar nessa discussão.

- Manifestação fora do microfone.

A SRA. PRESIDENTE (Juliana Cardoso) - Com certeza, mas respeitando cada um desta Mesa. Respeitando cada um desta Mesa. Pedimos apenas isso para podermos nos organizar. Podemos continuar a dar a palavra às pessoas? O Secretário, o Gabriel e o Adriano estão presentes. Podemos dar continuidade. Não precisava nada disso. Precisamos dar os encaminhamentos finais, que até agora não foram feitos.

Está certo? Desculpa, mas precisávamos de organização.

Com a palavra o Sr. Rogério Sottili.

O SR. ROGÉRIO SOTTILI - Queria começar minha fala do modo como o Gegê terminou a sua. Ele falou o seguinte: audiência pública é para somar. Na verdade, o que reuniu essas pessoas aqui hoje foi uma preocupação com as mortes da juventude negra que têm ocorrido na periferia. Seja branco, seja negro, seja quem for, estamos nesta reunião para debater situações que preocupam este povo que está aqui.

Como a Juliana bem falou, estamos do mesmo lado, na mesma luta. Podemos ter diferenças. Que bom que isso aconteça. Temos diferenças e queremos somar para ver como a luta avança. Ela não avança em bloco, mas como um processo, um passo aqui e outro lá. E temos de avançar nessa luta. Como falei anteriormente, vivemos num País de desigualdade, onde a violação dos direitos humanos é marca. Vivemos num País que discrimina, que mata, que mata nosso jovem, nosso jovem preto que mora na periferia. Não toleramos mais isso.

Essas pessoas aqui, com todas suas diferenças; sejam partidárias, ideológicas, de atuação, de papel; seja servidor público; “ongueiro” ou cidadão comum; querem aprender a avançar, porque nossos avanços estão sendo limitados cada vez mais. Isso é o que tem de ser visto em primeiro lugar nessa nossa conferência. Temos de nos respeitar. Olhar para cada um e dizer de que forma poderemos avançar nessa nossa luta.

O Juventude Viva é uma resposta sim. Uma resposta como nunca a cidade de São Paulo e talvez nenhuma cidade no Brasil teve por problema de violência contra a juventude negra em nosso País. Ela pode estar também muito longe da resposta que todos gostaríamos de dar, mas ela é a resposta possível e, mais do que isso, problema da violência contra a juventude negra em nosso país. Ela pode estar, sim, também muito longe da resposta que todos nós gostaríamos de dar, mas ela é a resposta possível. E mais do que isso, gente, ela foi construída com participação social. Muitos de vocês que estão aqui hoje participaram de algum debate na construção desse programa. Ele também pode estar muito longe daquilo que gostaríamos que fosse, mas o Juventude Viva é um programa que passa de 200 milhões de reais.

- Manifestação fora do microfone.

O SR. ROGÉRIO SOTTILI - Eu também acho que é pouco.

- Manifestação fora do microfone.

O SR. ROGÉRIO SOTTILI - Miguel, você falou e eu o ouvi.

- Manifestação fora do microfone.

O SR. ROGÉRIO SOTTILI - Eu não estou aqui para mentir, gente. Eu fui convidado para estar aqui, para conversar com vocês. O Programa Juventude é uma resposta, sim, e uma resposta que nunca houve. Pela primeira vez, nós construímos um programa transversal, com a participação de 13 Secretarias do nosso governo para produzir, juntas, respostas para levar à nossa periferia. Nunca aconteceu, e isso é política pública. Isso é uma forma revolucionária de gestão que estamos construindo. Ela pode até estar insuficiente, porque, pelo tamanho do nosso país, todas as respostas construídas serão insuficientes pelo tamanho dos desafios e pelo acúmulo de problemas que nós temos, mas nós temos que começar por um jeito e pela primeira vez na cidade de São Paulo e nosso país, nós estamos construindo um programa dessa forma, transversal e com recursos para começar a dar respostas.

Acho que é fundamental dizer que ele foi construído com participação social, sim. Nós fizemos inúmeras, dezenas de audiências públicas na periferia da Cidade, no centro da cidade, ouvindo sugestões.

Quero dizer que foi uma opção de tratar não de repressão, mas de garantias de direito, pelas nossas limitações. Primeiro porque nós não acreditamos que ações de repressão vão resolver o problema da violência na nossa periferia. Nós precisamos levar para a nossa periferia o Estado, políticas públicas, mais educação, pontos de cultura, 24 horas de esporte. Precisamos arrumar as nossas praças para que sejam ocupadas pelas comunidades para o exercício da cidadania. Precisamos levar 54 ações e vamos implementar, porque isso que lançamos agora é o início do nosso programa. Nós vamos implementar cada vez mais o nosso programa porque acreditamos que, levando políticas públicas, vamos estar enfrentando o problema da violência.

Agora, nós precisaríamos trazer, sim, o Governo do Estado para aderir ao Juventude Viva para que ele possa ampliar os programas de cultura e ampliar outros programas de garantias de direitos e também discutir com ele a questão da polícia. Agora, teríamos de discutir cinco, dez anos com o Governo do Estado ao discutir com ele a questão

de trazer a polícia para o Juventude Viva, porque é um problema muito complexo, muito delicado. Precisamos, então, começar a construir essa aproximação, mas nós temos dificuldade disso. Mas é urgente o Juventude Viva, não poderíamos esperar mais três ou quatro anos. Eu já estive conversando com o Secretário de Segurança Pública do Estado de São Paulo sobre o fato de que temos que começar a discutir a questão da polícia no programa Juventude Viva. Mas não pode ser como está, até porque a comunidade e a periferia não a aceitam como ela está.

Esse, então, é um processo que precisamos e queremos construir, mas não sabemos como, porque ninguém nasceu sabendo. Construiremos isso com vocês.

Em relação à questão da querida Elisângela, eu registrei. Não vamos conseguir dar respostas para tudo, mas eu me comprometo a levar pessoalmente essa questão e gostaria de depois entrar em contato com você especificamente sobre a questão da Capela do Socorro, Vila Nova Conquista, que eu gostaria de entender melhor.

Nós não vamos enfrentar o problema da violência na nossa periferia e no nosso país se não fizermos um debate sobre a desmilitarização da nossa polícia militar. Nós temos que começar a pensar uma polícia cidadã, uma polícia não armada. Agora, isso é um processo, nós temos que começar o debate, e audiência pública é fundamental para a gente começar a fazer isso, sugerindo documentos, ampliando as discussões, ampliando o debate na imprensa, na mídia. A gente sabe que a mídia não está interessada nisso, mas nós temos que romper esses bloqueios. Precisamos começar a discutir isso, precisamos ter uma polícia não armada. O Brasil é um dos poucos países em que a polícia ainda é armada, e ela foi construída com uma visão e uma cultura de violação de direitos, uma visão de repressão, e nós precisamos encarar isso.

Todos nós aqui temos a responsabilidade sobre a aprovação do projeto de lei sobre autos de resistência. Esse projeto, como bem disse aqui alguém, não vai resolver de imediato o problema do assassinato, da intervenção do Estado na periferia, mas ele é importante porque

começa a inibir isso. Esse projeto de lei está para ser votado na Câmara dos Deputados. Então, nós temos que fazer uma grande rede para começar a pressionar os nossos deputados. Temos a opção de nos manifestar pelas redes sociais, pelo Twitter, pela imprensa, pelas rádios comunitárias, de falar com os nossos deputados federais e senadores. Todos nós aqui somos responsáveis.

Por fim, quero justificar a ausência do Sr. Prefeito nesta audiência pública. O não comparecimento do Sr. Prefeito não significa que esta audiência pública não tem a sua importância. Semanalmente, o Sr. Prefeito recebe diversos convites para participar de audiências públicas, mas S.Exa. não tem condições de participar de todas. Além disso, hoje havia a votação do IPTU, que S.Exa. tinha que acompanhar, para negociar e discutir, porque, como foi lembrado, também é muito importante porque discute a ocupação da nossa cidade. É natural, então, que S.Exa. delegue ao Secretário responsável por acompanhar esse tema. Não vejo, então, grandes problemas em relação ao fato de o Sr. Prefeito não estar participando, até porque o Sr. Prefeito já participou deste debate em outras várias audiências, inclusive numa em que S.Exa. recebeu a população - e parte de vocês estava lá - para debater o Juventude Viva.

Por fim, quero dizer que o processo de violação nós temos que construir com muita luta, e o que estamos fazendo hoje na Prefeitura, com o lançamento do programa Juventude Viva, é apenas um passo, mas outros precisam ser dados e, no meu entendimento, com a ocupação da Cidade para discutir a cidadania, a violência, o próprio programa Juventude Viva, e a audiência pública é uma parte importante do debate que precisa ser feito.

Pirata, você é meu *brother*. Já estivemos várias vezes juntos e o respeito muito. Acho que você faz um trabalho fundamental no encaminhamento da crítica, de trazer luz a alguns problemas para os quais às vezes não damos importância. Nós temos que trabalhar nas audiências de uma forma a juntar cada vez mais. Nós não podemos agredir companheiros, nós não podemos subjugar determinadas ideias, nós não podemos discriminar, nós não podemos

reproduzir uma visão burguesa, que é o que a burguesia e o que a polícia fazem. Nós temos que nos diferenciar. Nós temos que nos juntar, gente, e respeitar as diferenças.

Então, Pirata, eu te respeito para caramba, mas acho que temos que respeitar todas as pessoas que estão aqui. O trabalho que o Deputado Adriano Diogo faz na Assembleia Legislativa deveria ser aplaudido e respeitado por todos nós aqui. Ele é um cavaleiro numa luta com poucas pessoas a se lado.

O trabalho que o meu companheiro Gabriel Medina faz à frente da Coordenadoria de Direitos Humanos e Juventude merece todo o meu respeito. Ele está encaminhando esse trabalho à Secretaria de Direitos Humanos no Programa de Juventude Viva como um cara que se dedica desde janeiro na construção disso e debatendo. Ele pode ter problemas, você pode criticar várias atitudes, pode divergir de ideias dele, mas é um cara fundamental para a nossa luta. E nós temos que nos respeitar.

Gente, estou muito contente por ter participado desse ato, embora ele tenha me provocado muitas tristezas. Mas, acho que são essas questões que nos fazem crescer e nos fazem nos unir. Acho que tem que ter mais audiência pública. Pirata, você tem que chamar mais audiência pública com a Juliana. Vamos estar juntos e construir a Juventude Viva.

Gegé, obrigado. Audiência pública é para somar, precisamos somar. Juventude Viva é o primeiro programa que nunca teve na cidade de São Paulo e todos juntos temos que fortalecer, criticando, mas somando cada vez mais, porque a gente enfrenta o maior problema, o assassinato contra a nossa juventude na periferia.

Muito obrigado. (Palmas)

A SRA. PRESIDENTE (Juliana Cardoso) - Obrigada, Sotili. Agora está quase terminando o Congresso de Comissões e preciso voltar ao Plenário.

Há um documento que fala sobre os eixos que quero ler rapidamente, porque senão não dará tempo de terminarmos essa audiência.

O SR. RAPPER PIRATA - Só para falar sobre a postura do Fórum de Hip Hop.

Quando chamamos a Secretaria Federal, não para discutir a juventude e a Secretaria de Direitos Humanos, fizemos um repúdio à Coordenadoria de Juventude do Município de São Paulo.

A SRA. PRESIDENTE (Juliana Cardoso) - Dos eixos colocados aqui, três são fundamentais para avançar na discussão de políticas públicas para a juventude na Cidade, com as Secretarias e diversas, porque aqui são várias secretarias em ação.

A primeira é a questão da estação da juventude em todas as subprefeituras que foi a Lei 13.735. Só existe uma na Cidade que foi feita e é preciso criar nas outras regiões.

A Casa de Hip Hop que cria na cidade de São Paulo, no PL 422/04. E o terceiro eixo, que é a questão de “prevenção de gravidez na adolescência nas escolas entre outros; institui o Programa Vamos Combinar voltando a prevenção da gravidez indesejada de DST/AIDS e dá outras providências”.

Trata-se de várias secretarias e precisávamos organizar melhor de intervenção nessas secretarias. Dentro da Casa existem vários projetos de lei. Aqui foram elencados muitos, dos 34. Vou tentar ler os projetos rapidamente.

A semana do Hip Hop.

A Casa do Hip Hop.

A Casa de Cultura do Hip Hop.

Malcolm X.

Dia do Hip Hop.

Prêmio Sabotage.

Programa de Hip Hop é Fundamental.

Estação da Juventude.

Incentivo de Cultura Afro-Brasileira nas Escolas Municipais.

Cria Eventos da ExpoJovem.

Institui a Casa de Cultura de Parelheiros, Casa de Cultura Wilson da Luz dos

Santos e Casa de Cultura da Brasilândia, situadas nos distritos Freguesia do Ó e Brasilândia.

Entrega gratuita de material didático e alimentação aos atendimentos pelo programa de movimentação de alfabetização de jovens adultos do município de São Paulo, o Mova.

Obrigatoriedade na contratação de Adolescentes jovens e idosos atendidos em medidas socioeducativas pelas empresas contratadas em administração pública direta – Isso já acontece em algumas atividades sociais, muito poucas, infelizmente.

Nas Subprefeituras, um espaço livre para manifestação cultural do Funk.

Autoriza o Poder Executivo a conceder incentivo fiscal para realização de projetos culturais e outros.

Semana Municipal de Prevenção e Conscientização ao Combate e Uso das Drogas.

Pista de *skate* Alexandre Magno Abrão, o Chorão, em uma área conhecida como pista de *skate* Saúde, localizada perto do Complexo Viário Maria Maluf.

Institui o Fundo Municipal de Cultura de São Paulo destinado a apoiar e suportar financeiramente os projetos.

Institui o programa municipal de apoio de projetos culturais pró-mac e dispõe sobre incentivo fiscal para realização de projetos culturais.

Finalidade de incluir no calendário oficial o evento da Cidade de São Paulo da Semana de Prevenção ao Crack e Drogas.

Criação da Frente Parlamentar de Defesa à Cultura. A Frente já existe. Acho que este ano ela já teve atividades.

Programa de Valorização de Incentivo às Iniciativas Culturais. É o VAI, que teve recentemente uma aprovação de lei importante; Há o VAI 2, da Secretaria de Cultura.

Institui o programa de iniciativas esportivas, que é o VAE, no âmbito da Secretaria Municipal de Esporte.

Prêmio Henfil de Direitos Humanos para a Juventude.

De Cultura, fazendo cidadania-arte, e o programa para valorização das iniciativas esportivas.

A venda de ingresso de cinema para cineclubes, teatros, espetáculos, musicais, circenses, esportivos, para estudantes de segundo e terceiro grau.

Conceder isenção de tarifa de transporte a estudantes bolsistas do Pró-Uni entre suas residências e estabelecimentos de ensino.

Institui políticas de tarifa reduzida no transporte coletivo urbano municipal.

Estabelece parâmetros para criação do centro de referência da juventude e dá outras providências.

Implantação do projeto educacional jovem trabalhador.

Autoriza o Executivo Municipal a celebrar o convênio da Secretaria de Juventude, Esporte e Lazer do Governo do Estado.

Autoriza o Poder Executivo a criar passe gratuito para o uso de estudantes paulistanos nos veículos de transporte coletivo público de São Paulo.

O Estatuto da Juventude. Institui o programa Vamos Combinar voltado à prevenção da gravidez, que a gente já falou. Obrigatoriedade da implantação do Plantão Jovem para todas as unidades de saúde. Obrigatoriedade do cadastramento de mães solteiras vítimas de abandono e viúvas vítimas de violência urbana nos programas de qualificação profissional terem matriculado seus filhos nas creches e escolas municipais da cidade de São Paulo.

Dispõe sobre a criação de um sistema municipal integrado à inserção de jovens no primeiro empregos.

Então, são esses que foram elencados. E, vindo para esta Comissão, temos condição de fazer o indicativo para as Secretarias. Mas podemos avançar um pouco na discussão com elas sobre como poderemos fazer a implantação dos serviços e dos projetos de lei. Claro que é preciso verificar que se os projetos já são lei, para que possamos avançar.

Adriano.

O SR. ADRIANO DIOGO - Vereadora Juliana, o Prof. Ailton me procurou, junto com o Costa e aquele rapaz que acabou de sair, para saber se seria possível implantar na Assembleia Legislativa uma CPI para investigar o genocídio da juventude negra. Lá na Assembleia não tem condição de aprovar CPI alguma. Tem umas 20 na fila. Aquilo é um processo inexpugnável. O que combinei com o Costa, com o Prof. Ailton, com o companheiro Jorge?

Era até para aprovar, hoje, o requerimento na Comissão de Direitos Humanos, mas nos concentramos na morte do menino da zona Norte e não aprovamos.

Até maio, que inicia o período eleitoral e aquilo vira um pântano... Poderíamos trabalhar novembro, metade de dezembro, fevereiro, março, abril e começo de maio e criar uma Comissão de Estudos como se fosse uma mini CPI para estabelecer um calendário. Durante seis meses, fazer uma organização para investigar o genocídio. Abriríamos com um seminário forte, bem organizado, sobre a desmilitarização das polícias. Traríamos especialistas. No Rio de Janeiro há o Luiz Eduardo Soares, que trabalhou com o Sotilli. No seminário, faríamos um movimento que daria uma agenda para se ouvir familiares. Fazendo uma comparação grosseira, seria uma mini Comissão da Verdade sobre o genocídio. Seriam levantados os atestados de óbito dos genocídios de 2004 e 2012. Seria algo bem organizado.

Estou falando isso, nobre Vereadora, na frente de todos os companheiros, principalmente do Rogério Sotilli e outros do movimento, para que façamos uma coisa séria, não midiática. Coisa séria. Chamaríamos Andre Caramante, Bruno Paes Manso, Cel. Adilson. E principalmente ter testemunho de familiares de vítimas, bem como insistir nessa questão dos atestados de óbito dos dois genocídios - resistência seguida de morte.

Poderíamos fazer em conjunto com a Câmara Municipal, um calendário sério... nada dessa “bobageira” de ter de pedir autorização para Telhada. Coisa séria. Como a Comissão da Verdade. Aprova, tira a “bobagerada” de lado e trabalha - não precisa de quórum,

nada dessa “bobageira” - como mandato, como comissão. Não precisa fazer composição de mesa, essa “bobageira” toda. Como se fosse Comissão de Estudo.

Essa é a proposta. É importante que a Câmara Municipal e a Prefeitura dê apoio institucional.

Todos os grupos, todas as tribos... faríamos um calendário sério de investigação por seis meses. Peço sua ajuda, Miltão, com toda a sua autoridade, com toda a sua liderança. E GG e todos os companheiros que puderem envolver.

Sem os companheiros do PSTU... o PSTU fez a memória e a Comissão da Verdade lá na PUC. Eu estava na mesa. Nós não ficamos do lado dos coronéis no massacre do Pinheirinho. Estava lá do lado do Toninho, do Mancha. Estávamos todos juntos. Queria fazer essa ressalva, porque essa doeu muito.

A companheira Leci Brandão está conosco em tudo, tudo.

Obrigado. (Palmas)

A SRA. PRESIDENTE (Juliana Cardoso) - Muito obrigada, Adriano Diogo.

Convoco a próxima reunião para o dia 7 de novembro.

Está encerrada a reunião.